

**EXTRA**  
**CLASSE-ORG-BR**  
ANO 24 | Nº 231 | MARÇO DE 2019

# Reforma encolheu aposentadorias no Chile

A receita é a mesma que o ministro Paulo Guedes diz ser boa para os brasileiros. Depois de 38 anos de cotização, aposentados chilenos são obrigados a viver com menos de 50% dos rendimentos

Foto: Igor Spentto





## EDITORIAL

### 04 ENTREVISTA

Charles Kieling, cientista social e especialista em segurança, critica o pacote anticrime

### 08 ECONOMIA

Em crise, General Motors tenta impor uma agenda de redução de salários e de direitos

### 10 SAÚDE

Hospitais em situação falimentar reabrem com investimentos privados

### 13 APARTE

Os problemas ambientais que ameaçam a saúde do RS

### 14 ESPECIAL

Semelhante ao projeto de Paulo Guedes para o Brasil, reforma encolheu aposentadorias no Chile

### 19 ENSINO PRIVADO

Professores realizam Assembleia em 36 municípios e definem pauta de reivindicações da categoria

### 22 INTERVALO

Oficinas de panificação fornecem conhecimentos e alimentação a catadores

### 23 ROLIM

Fake news e distorção cognitiva

### 24 ARTE +

Clube organiza Orquestra de Choro de Porto Alegre

## A reforma que não deu certo no Chile

A reforma do sistema previdenciário implantada pelo ditador Augusto Pinochet no início da década de 1980, com a adoção do sistema de cotização individual administrado por fundos de pensão privados, muito semelhante ao projeto que o governo brasileiro enviou ao Congresso em fevereiro, cortou pela metade a renda dos aposentados daquele país em relação aos rendimentos que eles percebiam quando estavam na ativa.

Arquitetada pelos *Chicago Boys*, grupo de economistas ultraliberais do qual Guedes é oriundo, a reforma prometia aos chilenos que eles se aposentariam com 70% da renda, mas isso não foi cumprido pelas Administradoras de Fundos de Pensão (AFPs), organizações privadas de capital internacional – apenas uma tem 50% de recursos nacionais.

As primeiras levas de aposentados pós-reforma recebem pensões inferiores à metade do que ganhavam na ativa. Após 30 anos de cotização, um professor que ganhava o equivalente a R\$ 6,7 mil de salário obteve uma pensão de cerca de R\$ 1,3 mil. Na reportagem especial desta edição, o repórter Marcelo Menna Barreto, enviado a Santiago, relata essa realidade de desalento e falta de perspectivas dos aposentados chilenos.

Na entrevista do mês, o cientista social, especialista em segurança e professor Charles Kieling analisa o pacote anticrime apresentado pelo ex-juiz e ministro da Justiça Sérgio Moro. Na opinião do entrevistado, a proposta passa ao largo dos reais problemas de segurança do país, além de favorecer o crime organizado e o caos social.

Desde que chegou ao estado em 1997, a planta gaúcha da General Motors se viabiliza e amplia suas instalações à custa de isenções e incentivos fiscais públicos. Atualmente, com isenções que superam R\$ 5 milhões por ano, a

Foto: Igor Sperotto



montadora em Gravataí alega crise para impor uma agenda de redução de salários e de direitos dos trabalhadores.

A Santa Casa de Rio Grande e o Hospital Beneficência Portuguesa, de Porto Alegre, são exemplos de instituições públicas de saúde endividadas e à beira da falência que se transformaram em bons negócios para a iniciativa privada, como revela matéria de Saúde desta edição.

Destaque ainda para a ampliação das atividades do Clube do Choro e o projeto da Orquestra de Choro de Porto Alegre, as matérias do ensino privado e os colunistas do *Extra Classe* nesta primeira edição do ano.

**Boa leitura!**

**EXTRA**  
CLASSE-ORG-RR

**REDAÇÃO:** [extraclass@sinprors.org.br](mailto:extraclass@sinprors.org.br)

**Editora-chefe:** Valéria Ochôa

**Editores Executivos:** Gilson Camargo e Valéria Ochôa

**Redação:** César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

**Colaboradores:** Fernanda Wenzel, Jonathan Bernardo Menger, José Weis, Marcelo Menna Barreto, Tom Belmonte e Wálmaro Paz

**Colunistas:** Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

**Diagramação e Arte:** Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

**Projeto Gráfico:** Bold Comunicação e D3 Comunicação

**Fotografia:** Igor Sperotto

**Ilustração:** Rafael Sica e Ricardo Machado

**Charge/Cartum:** Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

**Revisão:** Lígia Halmenschlager

**Comercialização:** 51. 4009.2981

**Impressão:** Zero Hora

**Tiragem desta edição:** 25 mil exemplares

**Telefones da Redação:** 51. 4009.2980/2982/2983/2985

\* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee  
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900  
[extraclass.org.br](http://extraclass.org.br) [fb.com/jornalextraclass](https://fb.com/jornalextraclass)

## Derrota na Câmara

Na véspera da entrega do projeto de reforma da Previdência ao Congresso, o governo Bolsonaro sofreu no dia 19 de fevereiro sua primeira derrota na Câmara, com a aprovação do projeto de lei 03/19 que suspende as mudanças feitas nas regras da Lei de Acesso à Informação. O texto do deputado Aliel Machado (PSB-PR) susta o decreto 9.690/19 assinado pelo vice, general Hamilton Mourão, em janeiro, quando ocupava interinamente a presidência, e que altera as regras de classificação de informações secretas e ultrasecretas. Embora a proposta tenha que passar pelo Senado, a derrota estabeleceu uma crise no PSL ao sinalizar que a votação da reforma previdenciária não será tão fácil quanto o governo acreditava. O regime de urgência para a tramitação do PDL 03/19 foi aprovado por 367 votos a 57, com indicativo de que o placar se repetiria se a votação do mérito também fosse nominal.

## Ato falho?



Luciano Bivar

O deputado federal Luciano Bivar, atual presidente do PSL e aliado de Jair Bolsonaro, votou contra o governo na primeira derrota do Planalto em votação na Câmara. Bivar, que já estava no centro da crise enfrentada pelo governo após a revelação, pela *Folha de S. Paulo*, do esquema de candidaturas laranjas do PSL para desvio de verba pública da campanha, teve um encontro com Bolsonaro antes da votação e depois votou contra o governo. Ele foi seguido por outro deputado do PSL, Coronel Tadeu (SP). A assessoria de imprensa de Bivar explicou que houve um "erro de digitação" e que o deputado teria votado errado.



SANTIAGO

## Governo dificulta arrecadação de sindicatos para diminuir resistência contra a reforma

Ao apagar das luzes do Palácio do Planalto da sexta-feira, 1º de março, que precedeu o Carnaval, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia Paulo Guedes assinaram e publicaram a Medida Provisória 873/2019, que impede desconto em folha das contribuições sindicais, definindo como método exclusivo boletos individuais para que cada um dos trabalhadores das mais variadas categorias realizem o pagamento para o custeio de suas entidades de classe. O que na prática inviabiliza a arrecadação. Esses recursos são destinados para a manutenção dos sindicatos patronais e dos trabalhadores em todo o país. Porém, as entidades patronais já recolheram sua parte em fevereiro. A MP tem força de lei e entrou em vigor imediatamente até que seja avaliada pelo Congresso em até 120 dias, caso contrário perde validade.

Juristas apontam inconstitucionalidade. Para Nasser Ahmad Alan, doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFP) e diretor do Instituto de Defesa da Classe Trabalhadora (Declatra), a decisão do governo federal tem que ser analisada em dois aspectos: o político e o jurídico. Do ponto de vista político, diz Ahmad Alan, é mais uma ação que vem em uma sequência desde a reforma Trabalhista do governo Temer para fragilizar o movimento sindical. No jurídico, o advogado é categórico ao apontar a inconstitucionalidade da MP 873. "Não há exercício interpretativo jurídico, hermenêutica, que permita dar caráter de urgência (o que é necessário para que o governo emita uma MP)", afirma. Ahmad Alan diz ainda ser um absurdo que o governo Bolsonaro tente alterar por uma MP um texto

de 80 anos. "Não há o menor cabimento, não faz sentido nenhum, a não ser criar formas de tentar estrangular financeiramente os sindicatos", registra.

A avaliação no meio sindical é de que se trata de iniciativa que visa privar os sindicatos de recursos para a defesa dos direitos trabalhistas e, mais imediatamente, para a resistência à aprovação da reforma da Previdência, considerando que o movimento sindical, de forma unânime, tem se posicionado contrário à aprovação da proposta encaminhada ao Congresso em fevereiro.

Até o fechamento desta edição, as centrais e confederações de trabalhadores de âmbito nacional avaliavam ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) para suspender os efeitos da MP.



Foto: Agência Brasil

Estratégia de Guedes e Bolsonaro é estrangular sindicatos financeiramente para dificultar resistência à reforma da Previdência



# Moro: analfabetismo científico e jogos de poder



Fotos: Igor Sperotto

por Tom Belmonte

**E**nviado ao Congresso em fevereiro, o pacote da Segurança Pública do ministro da Justiça e Segurança, Sérgio Moro, tem a marca da polêmica e da contradição. A começar pela abordagem pueril aos problemas da segurança pública ao apostar no encarceramento e na oficialização dos autos de resistência – licença para policiais matarem em serviço –, além do recuo em relação à tipificação do crime de Caixa 2, que motivou o fatiamento do projeto na hora de enviar à apreciação dos deputados. Para o cientista social, especialista em segurança pública e professor da Universidade Feevale, Charles Kielling, 49 anos, o pacote anticrime do juiz Sérgio Moro “é uma caça às bruxas sem precedentes na história brasileira e não resolverá o problema da criminalidade”. Legaliza as facções e milícias, o que levará o país a “conviver com o crime e o caos jurídico e social”. E afirma que a licença para matar sempre foi o desejo das polícias. Kielling, que têm quase três décadas dedicadas a pesquisas e processos no âmbito da segurança pública, legislação policial-militar, prisões, organizações, políticas e gestão pública, segurança privada, empreendedorismo e riscos corporativos, enquadra o ex-juiz e agora ministro como um autoritário, em busca de visibilidade e que induz ao erro para fazer valer o seu jogo de poder. “Moro é um analfabeto científico, pois escapa das questões basilares da ciência jurídica, que lida com o fato”, define Kielling nesta entrevista.

**Extra Classe – Em linhas gerais, qual a sua opinião sobre o pacote anticrime do ministro Sérgio Moro?**

**Charles Kielling** – Não vai de maneira alguma resolver o problema da criminalidade, porque na perspectiva das ciências sociais, quando analisamos as leis, há a questão de como promover as punições para regular a disciplina e o comportamento humano. Isso é da história da humanidade. Nunca se conseguiu fazer uma lei para reprimir, limitar, mitigar a questão da violência. Então o que ele traz de anticrime é como se estivesse anulando tudo que já foi desenvolvido ao longo da história da humanidade. Como se fosse o primeiro a propor.

**EC – O que o senhor identifica como mais grave?**

**Kielling** – Uma extrema falta – e eu quero ser bem delicado nessa questão – de ciência básica. Ele é um

analfabeto, e não só ele, pois isso é uma questão da nossa educação em geral no país, um analfabeto científico. Escapa das questões basilares de uma ciência, em especial da ciência jurídica, que lida com o fato. A hipótese, em ciências, é apenas uma ideia colocada. Ela não lida com o fato, a evidência. Ela nos indica algo pra trabalhar em decorrência da evidência.

**EC – Moro age de forma deliberada ou por falta de conhecimento?**

**Kielling** – A própria pessoa dele indica que ele é um autoritário, uma pessoa que induz, e isso está bem claro no texto. Ele induz ao erro o outro. Traz muito forte no texto a questão da teoria dos jogos (o estudo das tomadas de decisões entre indivíduos quando o resultado de cada um depende das decisões dos outros, numa interdependência similar a um jogo). Inclusive, quando aborda num dos pontos a barganha com o criminoso, ele está trazendo à tona a teoria dos jogos. Ou seja, o juiz deixa de ser imparcial, assume uma postura que deixa de lado os fatos, as evidências e passa a jogar com a interpretação.

**EC – Qual é a motivação de Moro?**

**Kielling** – Ele perde a sua autonomia em termos de neutralidade e assume uma postura no campo de batalha, assume um dos lados. E é isso que ele faz. E quando um desses lados não é muito visível e tal, fica mais fácil para ele, porque ele ganha o destaque. E ao ganhar esse destaque aí entra a personalidade, de novo, de uma pessoa que se acha empoderada pela mídia. Pelas questões que pontua ele se torna uma espécie de herói. Só que na verdade vira um anti-herói. Como um Dom Quixote. Acredita que está indo em direção a uma Divina vida, mas no fim está querendo simplesmente combater o avanço da tecnologia, o avanço do conhecimento. Atacar moinhos de vento.

**EC – E dentro dessa perspectiva, o que o juiz Moro trouxe ao país?**

**Kielling** – Quem prejudicou a economia brasileira foi ele. Na

medida em que não colocou inventores nas empresas estatais, condenou o país à quebra de finanças e econômica. E gerou uma onda de desemprego com uma proposta de moralização. Porém, a moralização que Moro prega é uma moral cega, de acordo com o Zygmunt Baumann. É apenas a moral que ele pensa, que ele imagina que possa ser colocada na sociedade. E ele se aproveita disso porque tem a mídia ao seu lado e faz parte da justiça. Para a sociedade, isso é um símbolo de autoridade e de confiança.

**EC – E esse é o grande problema, uma falha primária?**

**Kielling** – Sim, é uma falha primária. Não dá pra entender como um juiz ... quer dizer, só se entende que um juiz faz isso quando ele não tem conhecimento de ciência básica. Se ele tivesse conhecimento básico não cometeria esse erro primário. É como chegar na Matemática e não saber fazer as contas básicas.

**EC – E o pacote está de fato abrindo o precedente da pena capital no Brasil de forma sumária?**

**Kielling** – De fato, ele abre essa licença para matar e autoriza a execução sumária, na medida que estabelece que o agente pode ser julgado, mas cabe ao juiz dentro da sua visão e proposta assumir uma postura dentro da teoria dos jogos e dizer “não, o policial agiu com medo, então ele agiu em legítima defesa”. Também o conceito de legítima defesa está equivocada nesta posição.

**EC – Ou seja, “cada cabeça uma sentença” para quem estiver julgando?**

**Kielling** – E que mostra a falta de uma ciência básica, de conhecer as realidades da criminalidade e das populações empobrecidas. Porque boa parte do pessoal que anda armado numa vila é adolescente, pré-adolescente. Abre o precedente para o policial simplesmente executar. Temos esse desses casos em que o policial matou o jovem porque ele estava armado, mas não representava perigo para o policial. Não representava a grave ameaça. Em Porto Ale-

gre tivemos um caso na frente de um hospital onde os policiais simplesmente executaram. Inclusive um dos indivíduos rastejou para a calçada sem arma nenhuma, sem demonstrar ameaça, e o policial aparece executando. Moro está abrindo para esse precedente de execução sumária.

**EC – E como isso repercute dentro das instituições de segurança? O policial anseia mesmo por essa licença para matar?**

**Kielling** – Isso é sensível, é um assunto muito sensível para nós que trabalhamos nesse campo. Porque é tudo que o policial quer. Essa é a questão. Ele quer essa licença pra matar. Ele já sabe que tem isso. Não é por nada que em alguns casos temos a questão evidente do plantio de armas de fogo para justificar determinada ação policial que resultou em morte do criminoso. E isso abre um precedente maior e aí voltamos à questão da interpretação, não mais dos fatos. Basta o policial informar “ele estava armado, me apontou” e falar a história, porque ninguém estava lá vendo. O que vale é sempre a opinião do policial. E eles têm fé pública, o que ele disser e como dizer é fé pública. Você acaba criando todo um arcabouço de interpretações, longe das evidências, que levam o país para o caos jurídico. E mais que isso, pois no momento que temos o caos jurídico, isso repercute no caos social. A extremidade desse caos social está nas comunidades que serão atacadas pelos policiais, que serão vitimadas pelos policiais.

**EC – E na outra ponta, qual o reflexo desse projeto para quem está no crime?**

**Kielling** – Não tem uma repercussão no sentido de debelar a criminalidade. Bem pelo contrário. Eles (os criminosos) vão se armar e vão se armar mais ainda. E vão se especializar cada vez mais. O que vejo como precedente é que esse processo do Moro está abrindo caminho para processos de milícias muito bem preparadas do mundo. Na medida em que a Al Qaeda começou a ser atacada pelos Estados Unidos, numa proposta de limitar ações, de fazer um ataque

mais duro e tentar cercá-la, surgiu o Estado Islâmico. Muito mais empoderado, mais forte e com maior penetração no mundo, e não apenas na região do Oriente Médio. E com pessoas com conhecimento de pós-graduação, mestrado, doutorado, com uma força muito maior. E o que se enxerga à posteriori? Que em algum momento surgirão grupos muito bem armados e muito especializados.



**É licença para matar, autoriza a execução sumária ao estabelecer que o agente pode ser julgado, mas cabe ao juiz assumir uma postura dentro da teoria dos jogos e dizer “não, o policial agiu com medo”, em legítima defesa**

**EC – E para onde isso nos leva?**

**Kielling** – É perigoso para a sociedade. É o próprio Estado organizando o crime. O próprio Estado quase dando um CNPJ para o crime, pois, na medida que ele traz para a lei, entre aspas, o nome de algumas organizações, ele dá esse CNPJ. Na questão da competição de mercado e tudo mais. Outra organização que vier e tentar se estruturar nesse cenário vai precisar de um CNPJ muito mais forte. E daí nós não conseguiremos mais voltar atrás nesse processo. Então, o que percebo nessa perspectiva é essa falta de ciência, onde ele começa a, de fato, organizar o crime. Pois, primeiramente, o crime não é orga-



nizado. Quem organiza é o próprio Estado, na medida em que traz o nome dessas organizações, dessas articulações, as institucionaliza e valida. E o que é mais perigoso é que essas organizações, se é que dá pra usar esse conceito, vão em certa medida conseguir um capital financeiro e passar, sim, a controlar os presídios de forma financeira. Que é um dos aspectos que está surgindo hoje no Brasil de também privatizar o sistema prisional. Ora, quem passará a controlar isso, o seu capital, é o próprio crime. E é nesse sentido que o Estado, a passos rápidos e agora com esse pacote, está organizando a criminalidade, inclusive financeiramente.

## EC – O fatiamento do pacote o surpreende?

**Kieling** – Eu vejo isso como uma estratégia que ele está utilizando para conseguir sinergia com os diferentes grupos que vão discutir esse projeto. Ele joga o pacote pro Congresso discutir e lá no Congresso começa o fatiamento para os grupos afins. E obviamente que uma parte vai chegar no Judiciário. Isso dá uma repercussão na mídia, similar à Lava Jato, pois desenvolve tantas etapas e tem sempre assunto na mídia, o que o coloca sempre em evidência. Vejo isso como uma estratégia política, para ter visibilidade, e para criar essa sinergia com os diferentes grupos que vão criar esse debate.

## EC – Na prática, com o pacote o país terá bem mais que os atuais 60 mil homicídios por ano?

**Kieling** – Sim, de fato devem aumentar os assassinatos. Mas o que

mais me preocupa na nossa realidade é essa questão mais mafiosa surgindo, mais pontual no crime, da formalização do crime. E na medida que eles estão se empoderando do Estado, ou seja, do aparato político, eles estão eliminando os políticos que podem ser oposição ao seu projeto. A Marielle (a vereadora do PSol, Marielle Franco, e seu motorista, Anderson Gomes, foram executados por milicianos no Rio na noite de 14 de março de 2018) é um exemplo de como eles vão abrindo caminho para que os seus ganhem espaço. E isso é perigoso pra nós. Nesse sentido, Moro abre um precedente para o próprio crime dominar o cenário político, o que já acontece com alguns estados, onde alguns políticos são eleitos com o capital e com a autorização dos grupos criminosos. Aqui no Rio Grande do Sul já temos bairros de Porto Alegre, Caxias, Novo Hamburgo, em que os políticos são eleitos com o suporte do crime. Eles estão ganhando esse empoderamento. No momento que Moro abre esse precedente da lei, ele leva o crime a dizer “bom, vamos ocupar tal e tal posição, mas amanhã vamos controlar os presídios, controlar a polícia e o Judiciário”.

## EC – O senhor pinta um cenário sombrio...

**Kieling** – Alguém vai dizer que estou pensando no apocalipse, mas basta olhar numa perspectiva mais abrangente para constatar que essas forças vão começar a atuar juntas nas decisões políticas, financeiras. Vamos aprender a conviver com o crime. Como já ocorreu na Bolívia, na Colômbia. É para onde estamos caminhando e a pas-

sos largos. Por mais que se diga que temos que varrer a corrupção da política. Olha, eu venho acompanhando esse cenário político de envolvimento de capital empresarial e sempre se arrumou brechas na lei. Um exemplo? Na medida em que se proibiu a participação de pessoas físicas (empresários) no financiamento de campanha, os candidatos e partidos passaram a contratar pessoas para trabalhar temporariamente para as campanhas. Quer dizer, invisto em dinheiro, mas contrato pra trabalhar na minha empresa e depois coloco trabalhando esse pessoal na rua, para fazer panfletagem, entrega de santinho, bandeiraço e tudo mais. Isso não aparece na contabilidade do partido. Então, tem todo um processo que dá pra fazer tranquilamente e que fica sempre em benefício de alguém. Ora, esse processo o crime já faz.

## EC – Há solução para a segurança pública nacional?

**Kieling** – No Brasil, na área de segurança, dos órgãos que fazem o setor, o que vejo como grande carência é o conhecimento científico, a aplicação científica, é a falta do conhecimento e da aplicação científica. Tudo é feito pela cabeça de quem está liderando, mas sem um real conhecimento da realidade. É fácil construir um castelo bonito, mas como colocar esse castelo na realidade se não há encaixe? E as nossas principais lideranças não detêm conhecimento científico.

## EC – Como o conhecimento científico pode fazer a diferença?

**Kieling** – Só pra fazer um com-

**São interpretações, longe das evidências, que levam o país ao caos jurídico e depois ao caos social. E na extremidade desse caos social estão as comunidades que serão atacadas pelos policiais**

parativo, o Mohamed Atta, um dos terroristas que jogou os aviões nas torres gêmeas, tinha conhecimento de quatro línguas. Era PhD e conhecedor de Tecnologia da Informação entre outros conhecimentos. Pegamos qualquer general no Brasil, de alto escalão, ou qualquer comandante ou delegado, seja quem for, não tem nem um terço do conhecimento de um terrorista. Só pra fazer um comparativo nessa questão de ciência. Se nossos líderes e principais instituições que lidam com segurança pública não têm conhecimento científico significa que estamos tateando no escuro em promover segurança pública no Brasil. E no momento em que estamos tateando no escuro, as fragilidades pra colocar qualquer pacote que deseja construir a nossa Divineia, aquele lugar da liberdade onde canta a Serenata e seremos felizes numa realidade bucólica, isso pode pegar, mas não se sustenta ou consolida na realidade concreta, onde a criminalidade não é conhecida pelos órgãos de segurança e detém conhecimento até um pouco mais avançado que os próprios órgãos de segurança.









# Hotel Casa do Professor e da sua família!

Com localização privilegiada, o Hotel Casa do Professor é a melhor opção em hospedagem para os professores associados ao Sinpro/RS e seus familiares. Escolha o motivo para vir a Porto Alegre e fique com a gente.

Mais informações: [casadoprofessor.sinprors.org.br](http://casadoprofessor.sinprors.org.br)  
Reservas: (51) 4009.2988

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

**CASA do PROFESSOR**  
Hotel

Fotos: Casa do Professor: Igor Sperotto

Fotos: PMPA - José Vargas, Eduardo Beleske, Luis Madruga e Maria Krach



MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO

## MEC anuncia "caça às bruxas"

O ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez apontou os novos inimigos do governo. Ao anunciar a *Lava jato da Educação*, o ministro mira, entre outras instituições, nas universidades públicas. Para justificar a iniciativa, Vélez alega investigação feita pela sua gestão sobre supostas irregularidades de gestões anteriores. Mas tudo, ao menos até agora, não passou de declarações para a posteridade e da assinatura de um protocolo de intenções, alardeado como um marco inicial para uma ampla investigação para apurar indícios de corrupção, desvios e outros tipos de atos lesivos à administração pública no âmbito do MEC e de suas autarquias.

O atual governo aponta supostos favorecimentos no Programa Universidade para Todos (ProUni), desvios no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pro-natec), envolvendo o Sistema S, concessão ilegal de bolsas de ensino a distância e irregularidades em universidades federais.

Foto: Marcello Casal Jr./ABR



Ao anunciar a Lava Jato da Educação, Vélez mira nas instituições públicas

## Autorregulamentação no ensino superior privado

A afirmação é do secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Marco Antônio Barroso Faria, que projeta uma redução da atuação do Ministério da Educação (MEC) nos processos da educação superior no país. "Como liberal que sou, na medida que o setor se autorregular, o Estado precisa intervir menos. Na medida em que os atores participantes desse mercado zelarem pela qualidade do ensino, eu só vou fazer a chancela", argumentou Faria em um encontro com representantes de instituições de ensino privado.

## POR FALAR EM BANCOS

### Fattorelli: por que banqueiros são os maiores defensores da reforma da Previdência?

A proposta de reforma da Previdência apresentada por Bolsonaro ao Congresso representa a destruição do regime de solidariedade que foi aprovado por unanimidade pelos constituintes de 1988. As principais justificativas para tal destruição é a falácia do déficit e a longevidade da população, argumentos que já foram completamente desmontados, mas que precisamos repetir. O governo também fala em combate a privilégios. Vamos falar disso também. Para começo de conversa, sequer se deveria falar em *déficit* da Previdência.



APOSENTADORIA

## A reforma da Previdência

"É a economia que traz problemas à Previdência e não a Previdência que causa problemas à economia. Portanto, reformar a Previdência como está proposto é como agir na consequência do problema sem atingir a causa. Só é vantagem para os bancos que compõem o sistema financeiro e administram ou administrarão planos de previdência privada", explica a economista do Dieese, Anelise Magnanelli.

## Governo desvincula mais de R\$ 606 bilhões da Previdência

Decreto publicado no último dia 8 de fevereiro, pela Casa Civil, suscitou as mais diversas especulações acerca de uma "pedalada fiscal" e foi interpretada por diversos setores como uma investida do governo contra o sistema previdenciário, enquanto aumenta a pressão pela aprovação da reforma da Previdência sob o questionado argumento de "déficit".

## A BOA NOTÍCIA

### Estudo incorpora fundações estaduais extintas à Uergs



Aprovada pelo reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), a proposta foi concluída pelo Sindicato dos Engenheiros e deverá ser apresentada ao governador Eduardo Leite (PSDB) nos próximos dias.

## A MÁ NOTÍCIA

### Número de trabalhadores escravizados triplicou em 2018

A fiscalização do governo federal encontrou 1.723 pessoas trabalhando em condições análogas às de escravo, das quais 1.113 foram resgatadas.



## SELEÇÃO DO EDITOR

Os editores do Extra Classe selecionaram o que foi destaque no último mês na sessão *Exclusivo!Web*. Para ler mais, acesse [www.extraclasse.org.br](http://www.extraclasse.org.br) e receba as notificações diárias com conteúdos produzidos exclusivamente para o site do jornal.





# GM alega crise para cortar direitos e salários

por Fernanda Wenzel

*Com isenções que superam R\$ 5 milhões por ano, a planta da montadora em Gravataí foi inaugurada, ampliada e sempre se manteve à base de gigantescos incentivos fiscais e financiamentos públicos. Sem capital aberto no país, a empresa não tem a obrigação de publicar balanços financeiros, o que coloca sob suspeita a retórica de prejuízos acumulados usada para justificar a política de redução salarial e de direitos que a multinacional tenta impor aos trabalhadores em todo o país. Além disso, a empresa incentiva a guerra fiscal e chantageia os governos estaduais por mais benefícios*

"Vamos ter uma grande peleia em 2020", prevê Noeldi Leal Trindade. O diretor-executivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí se refere às negociações com a General Motors (GM), que tenta impor uma agenda de redução de salários e de direitos trabalhistas nas suas três montadoras no Brasil: São Caetano do Sul e São José dos Campos, em São Paulo, e Gravataí, no Rio Grande do Sul.

Em Gravataí, assim como em São Caetano, o Sindicato conseguiu barrar a proposta da líder do setor automotivo e manter o Acordo Coletivo vigente até o final de março de 2020. Mas o mesmo não aconteceu em São José, onde os trabalhadores abriram mão do reajuste previsto para este ano em troca da garantia de investimentos de R\$ 5 bilhões na unidade e de um abono salarial de R\$ 2,5

mil. Acordos de flexibilidade de jornada e de folgas também foram revistos. O receio agora é de um efeito cascata: "Daqui a pouco isso vira uma onda em todo país, de todas as montadoras e as empresas quererem fazer isso com os sindicatos", alerta o sindicalista.

As negociações são fruto do plano de reestruturação anunciado em janeiro pela GM do Brasil, que incluía uma pauta de 21 itens,

entre os quais a terceirização total, redução do piso salarial, supressão de horas extras, implementação do trabalho intermitente e aumento da carga horária. No comunicado, a empresa alegava prejuízos e ameaçava deixar o país.

Henrique Rocha, advogado especialista em Direito Trabalhista e professor da PUCRS, explica que a pauta da GM não é nova. A novidade é a maneira como foi con-



duzida: "A GM deu um ultimato, em uma declaração pública: 'ou reduz, pra gente recuperar lucro, ou nós vamos fechar a fábrica, porque já estamos operando em prejuízo há muitos anos'. E a bem da verdade não se sabe de onde vem o prejuízo. Se está no negócio, na gestão, na política salarial. Acho que são pontos que não estão esclarecidos", diz Rocha.

A informação de que a GM acumula prejuízos não pode ser confirmada nem dimensionada, já que a empresa não tem capital aberto no Brasil e não é obrigada a divulgar balanços financeiros. Questionada pelo *Extra Classe* sobre esses números, a montadora respondeu por meio de sua assessoria de imprensa que não vai se manifestar.

A retórica da crise, no entanto, contrasta com o otimismo que marcou o anúncio da terceira ampliação da fábrica de Gravataí, em agosto de 2017. A unidade, com capacidade para fabricar 350 mil carros por ano, é a maior da GM no Brasil e produz os dois modelos mais vendidos pela empresa no país, *Onix* e *Prisma*. O aporte de R\$ 1,4 bilhão faz parte de um

plano de investimento de R\$ 13 bilhões para o Brasil de 2014 a 2019.

Em entrevista ao *Estadão* publicada em 17 de fevereiro, o presidente da General Motors Mercosul, Carlos Zarlenga, disse que a matriz deverá aprovar um novo plano de investimentos de R\$ 10 bilhões para o Brasil, mas que para isso precisa aprovar um plano de redução de custos.

## Guerra fiscal para obter mais benefícios

Em paralelo às negociações com os sindicatos, a montadora vem cobrando mais benefícios dos governos estaduais, acirrando a guerra fiscal. Em São Paulo, a empresa pede a antecipação de créditos do ICMS. Do governo gaúcho, cobra a isenção do ICMS sobre o frete interestadual (benefício que expirou no fim do ano passado) e a redução do custo de exportação pelo Porto de Rio Grande. O governador Eduardo Leite (PSDB) disse que fará o que estiver ao seu alcance, mas até agora não apresentou uma proposta oficial.

Desde que chegou ao estado, em 1997, a GM se utiliza de benefícios públicos. Conforme mostrou a reportagem *Quanto custa uma GM*, publicada na edição de setembro de 2009 do *Extra Classe*, o acordo com o governo de Antônio Britto previa a concessão de R\$ 580 milhões em empréstimos ofi-

ciais para a aquisição de terreno em Gravataí, para obras de infraestrutura e capital de giro. Em 2009, na segunda ampliação da planta no estado, a empresa recebeu um financiamento de R\$ 344 milhões do Bannisul, neste que foi o maior empréstimo já feito pelo banco a uma empresa privada.

Tem sido assim desde a inauguração da planta da montadora e a cada novo aporte de investimentos. A GM também se beneficia dos programas de incentivo fiscal Fomentar e Fundopem, que permitiram isenções ou financiamentos do ICMS que variam entre 75% e 100% do valor do imposto devido.

A Secretaria Estadual da Fazenda não informou quanto a GM já recebeu em benefícios fiscais, alegando que os dados da empresa são sigilosos. Já a Prefeitura de Gravataí garante à montadora a

isenção de IPTU e de ISSQN. Só de IPTU, a empresa deixa de pagar R\$ 1,15 milhão por ano. Em relação ao ISSQN, a prefeitura não tem os dados específicos da GM. Mas o Condomínio Industrial Automotivo General Motors (Ciag)

como um todo, que reúne a montadora e suas 16 sistemistas, deixa de pagar R\$ 4 milhões por ano. A GM é responsável por 45% da arrecadação de ICMS e por 10% do PIB de Gravataí, além de gerar 8 mil empregos diretos e indiretos.

Foto: Marcelo Matusiak/Playpress/Divulgação



Mobilização de metalúrgicos em Gravataí barrou proposta de cortes da multinacional

## Montadoras enfrentam maior competição e necessidade de inovação

A alegação de crise da GM ocorre em um momento de reaquecimento do setor automotivo brasileiro, segundo avalia a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Segundo a entidade, a produção de veículos cresceu 6,7% entre 2017 e 2018. Para 2019, a projeção é de incremento de 8,9%.

Já no último relatório entregue à Comissão de Títulos e Câmbio dos Estados Unidos, referente ao trimestre de julho a setembro de 2018, a matriz norte-americana da GM destaca que o crescimento nas vendas de suas indústrias no período foi puxada principalmen-

te pela Índia e pelo Brasil. Já a participação da empresa no mercado brasileiro caiu de 17,8% em 2017 para 16,6% em 2018.

Para Paulo Antônio Zawislak, professor da Escola de Administração da Ufrgs, apesar da recuperação, o setor ainda amarga os impactos da recessão brasileira. Além disso, o corte de benefícios trabalhistas em outros países, a popularização dos aplicativos de transporte e a necessidade de produzir carros mais tecnológicos mudaram os padrões mundiais de lucratividade: "Talvez a matriz americana esteja dizendo, 'o nosso padrão de rentabilidade mun-

dial agora é X, vocês estão com X - 1, se virem aí no Brasil'".

Já o coordenador de cursos automotivos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Antônio Jorge Martins, destaca que as montadoras estão tendo que se adequar a um cenário mais competitivo que o de 60 anos atrás, quando havia apenas quatro grandes fabricantes no país. Hoje são mais de 20.

Assim como Zawislak, Martins acredita que todas as montadoras vão seguir o caminho da GM. Ao mesmo tempo, acha improvável que essas empresas deixem o país: "Elas são de capital aberto lá fora, e precisam mostrar aos

investidores que estão presentes com rentabilidade nesses mercados que têm alto potencial de crescimento, como o Brasil", analisa.

**FORD** – A Ford anunciou no dia 19 de fevereiro o fechamento da fábrica de São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, e confirmou que deixará o mercado de caminhões na América do Sul. A montadora tem plantas também em Camaçari (BA) e Taubaté e um campo de provas em Tatuí (SP). A unidade de São Bernardo tem 3,2 mil empregos diretos e mil indiretos. Os trabalhadores entraram em greve.





Beneficência Portuguesa tem um passivo de R\$ 9 milhões em serviços públicos que não foram prestados

# Hospitais quebrados são negócios de ocasião

por Wálmaro Paz

*Um dos hospitais públicos mais requisitados do estado, a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, iniciou o atendimento neste ano com um novo modelo de atendimento. Mas a novidade não é uma boa notícia para os milhares de usuários do SUS na região. A nova diretriz da instituição vai mirar no lucro, já que a Santa Casa, fundada em 1835, a partir de 2016 mergulhou em uma crise que culminou no colapso financeiro. Com uma dívida acumulada de R\$ 200 milhões, o hospital foi empurrado para um processo de privatização, em 2018, para escapar da falência*

**L**onge de ser um caso isolado, o hospital riograndino é exemplar de uma lógica que operadores e especialistas alinhados com a defesa do SUS há muito tempo vêm denunciando: a apropriação do orçamento da saúde pela iniciativa privada e a mercantilização do setor em detrimento do sistema público e universal. Ao que tudo indica, o grande negócio para empresários do setor consiste em assumir dívidas e equipar hospitais públicos sucateados, transformando-os em lucrativas ilhas de excelência para quem tem dinheiro para pagar pelos serviços ou seja usuário de plano de saúde. Tudo isso, sem deixar de atender a saúde pública por meio de convênios firmados com os governos, que pagam para manter o caráter público do serviço. Claro que os investidores privados que disputam o orçamento da saúde contam com a ajuda do poder público, por meio do atraso ou corte sistemático no repasse de verbas para as prefeituras e hospitais, o que acaba empurrando essas instituições públicas para o endividamento e a falência. Na outra ponta do processo, a desarticulação da atenção básica nos municípios intensifica a "ambulancioterapia" e sobrecarrega os hospitais.

A Organização Social Viva Mais, de Minas Gerais, que já administra 11 hospitais no país, anunciou em novembro de 2018 que estava assumindo a Santa Casa de Rio Grande por arrendamento. O diretor da empresa, Ruy Adriano Borges Muniz, explica que devido à falta de repasses mensais do governo do Rio Grande do Sul, a associação mineira assumiu o aporte de R\$ 500 mil mensais ao hospital, além de colocar em dia a folha de pagamento que estava atrasada, totalizando mais de R\$ 3 milhões. Até aí, nada além de uma iniciativa que merece até ser louvada por salvar uma instituição de saúde de excelência que atende à população de 22 municípios na região Sul do estado. A caridade exaltada nos 183 anos de história da Santa Casa, no entanto, parece não fazer sentido para a nova administração, a julgar pelo histórico do empresário que assumiu o con-



trole da instituição.

O empresário Ruy Muniz tornou-se figura conhecida da Polícia Federal e do Judiciário mineiro justamente por seu envolvimento em negócios suspeitos na área da saúde. Em 2016, quando era prefeito de Montes Claros, foi alvo de um mandado de prisão preventiva pela Polícia Federal, na Operação *Máscara da Sanidade II*, como suspeito de prejudicar hospitais públicos da cidade para beneficiar um hospital privado de propriedade de sua família. Junto com a mulher, Raquel Muniz, foi condenado em dezembro de 2017 pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) por improbidade administrativa, com pena de multa, perda dos direitos políticos

e proibição de contratar com o poder público. Em julho de 2018, o TRF-1 bloqueou bens do casal no valor de R\$ 3 milhões.

No ano passado, o consórcio R+, liderado pelo empresário Ruy Muniz, arrematou em leilão, por R\$ 259 milhões, o Hospital Evangélico e a Faculdade Evangélica, em Curitiba. Agora, a OS Viva Mais, dirigida por Muniz, passou a controlar a Santa Casa de Rio Grande sem assumir nenhuma dívida do hospital – somente a atualização dos repasses mensais ao governo – e ainda emplacou contratos públicos com o Estado, assinados no penúltimo mês de governo de José Ivo Sartori (PMDB), para atendimento de saúde de média e alta complexidade.

Foto: Igor Sperotto



Superlotação dos hospitais públicos por pacientes do interior sobrecarrega as unidades de pronto-atendimento

## Beneficência Portuguesa: serviços cobrados e não prestados

Mais uma instituição que já foi referência em atendimento neurológico pelo SUS caiu, ainda que por tabela, nas mãos da iniciativa privada. Também em situação de falência, o Hospital Beneficência Portuguesa, de Porto Alegre, aparentemente não chega a ser um “negócio da China”, pois tem um passivo de R\$ 9 milhões em serviços cobrados da prefeitura da capital e não realizados. Depois de nove meses fechada, a instituição foi reaberta no dia 28 de agosto sob a administração da Associação Beneficente São Miguel

(ABSM), Organização da Sociedade Civil que administra o Hospital de Gramado. O contrato foi assinado em julho de 2018 e tem duração de cinco anos. Agora, sob a administração da iniciativa privada, o hospital não atende novos pacientes pelos SUS além daqueles previstos no contrato com o poder público. A prioridade são os usuários de 18 planos de saúde conveniados e os particulares, que respondem por 95 internações em 22 leitos. Os salários que estavam atrasados foram colocados em dia para 125 funcionários, al-

guns recém-contratados, mas 15 demitidos ainda aguardam uma decisão judicial para receber as verbas rescisórias.

O diretor da ABSM, Ricardo Pigatto, explica que gostaria de cumprir de forma integral o antigo contrato com a prefeitura de Porto Alegre para atendimento pelo SUS, que agora está limitado a 5,6 mil procedimentos mensais, totalizando cerca de R\$ 190 mil, para pagar a dívida que tem com o sistema, de quase R\$ 9 milhões por serviços cobrados e não realizados pela administração

anterior do hospital.

Por enquanto, a Secretaria Municipal de Porto Alegre, contará com os serviços do Beneficência para reduzir a fila de espera para procedimentos simples, pequenas cirurgias de pele, vasectomias. Quem precisa se submeter a algum desses procedimentos é obrigado a esperar mais de um ano. A ampliação dos serviços para pacientes do SUS vai depender do cumprimento de metas de qualidade e quantidade dos atendimentos, fiscalizadas por uma comissão do Conselho Municipal de Saúde.

## Estado deve R\$ 1,1 bilhão a municípios e hospitais públicos



Foto: Igor Sperotto

Em Sapucaia, servidores do HGV protestaram contra atrasos de até dois meses no pagamento dos salários

O que vinha sendo apontado como “situação crítica da saúde” no estado só piorou desde o final do ano passado, com a desarticulação do programa Mais Médicos, que levou o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Rio Grande do Sul a alertar que o sistema está “à beira de um colapso”. A dívida da União ultrapassa R\$ 1,1 bilhão, sendo R\$ 600 milhões que deixaram de ser repassados às prefeituras e R\$ 500 milhões devidos aos hospitais municipais.

De acordo com Diego Espíndola, presidente da entidade, cerca de 90 municípios continuam sem médicos desde a saída dos cubanos que atuavam no país pelo Mais Médicos, com o desmonte do

programa a partir de novembro, e não há qualquer perspectiva de suprir essas vagas. A secretária estadual da Saúde, Arita Bergmann, chegou a anunciar que os repasses mensais voltariam a ser feitos a partir deste mês de março e que o pagamento da dívida acumulada depende de um financiamento, via Funacir, junto ao Banrisul. A secretária não atendeu aos pedidos de entrevista. Em fevereiro, funcionários do Hospital Getúlio Vargas, de Sapucaia do Sul, promoveram um dia de paralisação para protestar contra os atrasos de salários e do 13º. De acordo com o presidente do Sindisaúde Vale do Sinon, Andrei Rex, os salários são pagos com dois meses de atraso no HGV.



## Iniciativa privada disputa orçamento da saúde

O vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde (CES/RS), Itamar Santos, alerta sobre o “risco de desmonte do SUS” por conta de uma disputa pelos recursos do setor, que vem se acirrando desde 1988, quando o SUS foi criado e as verbas de sustentação definidas. “Não se trata somente de problema de gestão e sim de concepção de saúde. A qual modelo o gestor aderiu? Ao da medicina preventiva, voltado para a atenção básica ou ao modelo chamado de indústria da doença, focado nos hospitais e laboratórios farmacêuticos?”, provoca. Para ele, a crise da saúde no estado é resultado dessa disputa que se dá em todo o país. “É um orçamento muito grande, cerca de R\$ 130 bilhões em todo o país. A corporação médica e a indústria farmacêutica não querem abrir mão deste dinheiro”, aponta. No RS, o orçamento da saúde é de R\$ 3,9 bilhões – ou 12% da receita líquida do estado de acordo com a Constituição.

Os preceitos constitucionais que definem a receita de sustentação do SUS, afirma, não estão sendo cumpridos. “Os municípios devem contribuir com 15% de sua receita líquida e privilegiar a atenção básica, ou seja, preven-

ção e identificação de doenças; os estados devem destinar 12% da arrecadação e fazer a manutenção das atenções secundária e terciária – serviços de média e alta complexidade, exames e internações hospitalares; e a União deve destinar 10% de sua receita para o restante. Essa verba deve ser gerenciada pelos fundos nacional, estaduais e municipais de Saúde e os gestores responsáveis devem ser o ministro, os secretários estaduais e municipais da Saúde. Isso, entretanto, não vem acontecendo”. O orçamento da saúde, afirma, não está no Fundo Estadual do setor, como determina a Constituição, mas no caixa único do governo. “Precisamos alterar a correlação de forças internas do governo para que o estado do RS cumpra a lei”, aponta. Santos lembra que no dia 13 de setembro de 2018 o CES/RS emitiu uma resolução rejeitando o orçamento da saúde do estado para 2019 devido a uma redução de R\$ 3,9 bilhões para R\$ 3 bilhões. Com o corte, o orçamento seria reduzido a 9,62% da receita líquida de impostos e transferências, abaixo do percentual de 12% determinados pela Constituição.

O conselheiro concorda com o

Foto: Igor Sperotto



Posto da Vila Cruzeiro: superlotação e demora no atendimento

presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do RS (Fessers), Milton Kempfer, que alerta para a estratégia do governo federal, com Temer e agora com Bolsonaro, de atender aos interesses do setor privado ao transferir recursos do setor público para a “Indústria da Doença”, segundo Kempfer, representada pelos hospitais,

laboratórios e planos privados de saúde. “Sempre houve essa disputa por recursos, mas nunca com tanta força como agora”, observa o dirigente da Fessers. “O próprio esvaziamento do Mais Médicos indica uma concepção privatista para a saúde ao desmontar a atenção básica, a prevenção e as Estratégias de Saúde da Família”, acrescenta Santos.

### Volte às aulas investindo em você.

A rentabilidade acumulada do plano de previdência dos professores chegou a 214,9% nos últimos 10 anos.

#### Compare e crie um novo futuro.

Plano	Rentabilidade Acumulada (%)
SINPRORS	214,91%
POUPANÇA	94,35%
INPC	75,32%
IGPM	71,94%

Legenda: SINPRORS, POUPANÇA, INPC, IGPM

COMPARATIVO DE RENTABILIDADE • Janeiro 2009 - Dezembro 2018

Saiba mais [www.sinprorsprevidencia.com.br](http://www.sinprorsprevidencia.com.br)

GESTOR DO PLANO: FUNDAÇÃO CEE PREVIDÊNCIA PRIVADA

INSTITUIDOR: SINPRO/RS Sindicato Cidadão





# Os nove problemas ambientais que ameaçam a saúde do RS

*Os riscos que representa a unificação das secretarias de Meio Ambiente e Infraestrutura no governo Eduardo Leite (PSDB) e os problemas que podem levar o Rio Grande do Sul a uma situação de “apagão ambiental”*

Foto: Igor Sperotto



O Sinos, um dos três rios gaúchos incluídos no ranking dos dez mais poluídos do país, abastece uma população superior a 1,5 milhão de habitantes e recebe detritos domésticos e industriais em todo o seu percurso pelo Vale do Sinos – apenas 5% do esgoto urbano é tratado

Uma das primeiras medidas do governo Eduardo Leite (PSDB) foi unificar as secretarias de Meio Ambiente e Infraestrutura, sob o argumento de que, por uma questão de planejamento, as duas áreas devem andar juntas. Na prática, a justificativa repete o discurso sobre a necessidade de “agilizar os processos de licenciamento ambiental”. Preocupado com as consequências dessa medida, o Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá) encaminhou documento ao secretário da nova pasta, Artur Lemos, alertando para os riscos dessa medida e para os problemas que podem levar o Rio Grande do Sul a uma situação de “apagão ambiental”.

O documento, assinado pelo biólogo Paulo Brack, coordenador do InGá, aponta um “quadro ambiental negativo e negligenciado por vários governos, principalmente o governo do Estado antecessor, onde houve retrocessos tremendos, via leis, decretos e portarias com profunda fragilização do setor técnico da área ambiental”. E identifica nove problemas ambientais que deveriam ser enfrentados com urgência no RS, sob pena de agravar um quadro

que ameaça a biodiversidade do território, a sobrevivência de ecossistemas, a saúde e a qualidade de vida da população.

## Conheça quais são esses problemas

1) O estado possui os dois biomas, Mata Atlântica e Pampa, com menor superfície de remanescentes no Brasil (7,9% e 36%), conforme dados oficiais do Ministério do Meio Ambiente. O Rio Grande do Sul também é o estado que apresenta menor quantidade e extensão de Unidades de Conservação (2,6%) entre os três estados da Região Sul. As Metas da Biodiversidade 2020, assinadas pelo Brasil com mais de 190 países da Convenção da Diversidade Biológica, preveem 17% de cada território com áreas protegidas.

2) O estado possui 280 espécies da fauna ameaçadas e 804 espécies da flora ameaçadas, números que cresceram desde a década passada.

3) O RS possui três rios entre os dez mais poluídos do Brasil (rio Gravataí, rio do Sinos e rio Caí), o que contribui em muito para a perda de qualidade de abastecimento de água na Região Metropolitana, além do aumento dos fe-

nômenos de florescimento de cianobactérias no rio-lago Guaíba.

4) O sistema de monitoramento da qualidade do ar está totalmente sucateado na Região Metropolitana. O processo de autolicensingamento e automonitoramento por parte de empresas é inadequado, pois diminui o controle do Estado e a alimentação de dados isentos e confiáveis para a gestão ambiental.

5) No campo, há uma conversão acelerada de vegetação dos Campos Sulinos em lavouras, com um aumento exagerado e sem limites do modelo baseado nas monoculturas de soja transgênica e de outros grãos para exportação, muitas vezes com uso indiscriminado de agrotóxicos e outros insumos, com uso acentuado de recursos hídricos, comprometendo a saúde dos agricultores e da sociedade, dos alimentos, das abelhas, dos rios e da saúde dos ecossistemas.

6) Crescimento desordenado de urbanização na Região Metropolitana do Rio Grande do Sul e do Litoral Norte, sem controle e planejamentos necessários, comprometendo a qualidade ambiental. A extinção da Metroplan é um processo de desregulamentação deliberado que permite a expan-

são sem regras e que acarretará múltiplos novos problemas.

7) Crescimento das espécies exóticas invasoras, segundo fator de perda de biodiversidade.

8) Apagão ambiental, pela fragilização do corpo técnico dos órgãos e setores de meio ambiente estaduais (Fepam, FZB, DBio) e nacionais (Ibama, ICMbio), com desestruturação do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, sem controle e repasse indiscriminado de responsabilidades às prefeituras.

9) Unidades de Conservação sofrendo grave descaso de parte do governo, com desfalque de técnicos gestores, sem equipe de apoio, com escassez de guarda-parques, falta de equipamentos, sem recursos e com graves conflitos em suas áreas de amortecimento.

Para enfrentar esse cenário, propõe a revisão da lei que unificou as áreas do Meio Ambiente e da Infraestrutura, a revisão de todos os atos que resultaram em licenças ambientais questionadas na Justiça, no governo Sartori, bem como o fortalecimento dos órgãos ambientais, resgatando as atividades realizadas pela Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, Fepam e Departamento de Biodiversidade.



# A reforma previdenciária pensões e esperanças no

por Marcelo Menna Barreto | Enviado a Santiago, Chile

*O desalento e a falta de perspectivas dominam boa parte dos trabalhadores chilenos após quase quatro décadas da reforma previdenciária concebida pelos Chicago Boys – grupo integrado pelo ministro da Economia brasileiro Paulo Guedes que tem como obsessão uma reforma idêntica no sistema previdenciário do Brasil – e implantada nos anos 1980 pelo ditador Augusto Pinochet. O sistema de cotização, gerido por organizações privadas, não entregou o que foi prometido pelos militares. Resultado, a primeira leva de aposentados pós-reforma é obrigada a viver com 50% e até menos do que recebia quando na ativa*

**O** Chile é um país interessante não só pelos seus atrativos naturais, como a Cordilheira dos Andes, o Deserto do Atacama e a Ilha de Páscoa. Sua capital, considerada a mais moderna da América Latina, cercada de história, é um exemplo de organização, com um grande número de parques públicos constantemente regados e limpos por servidores da *Ilustre Municipalidad* de Santiago. O cuidado com os parques não é para menos. Afinal, é no Florestal, Metropolitano, Araucano, Quinta Normal, Balmaceda, Cerro Santa Lucía e O'Higgins, que são os mais atrativos da capital chilena, que *los santiaguinos* começam e terminam seus dias.

Apesar da aparente ordem e

calma desses espaços públicos, um fantasma ronda o país andino e sua capital, que reúne quase 40% do total de seus habitantes. Não, não se trata da ameaça comunista referida na célebre frase “um espectro ronda a Europa”, que inicia o *Manifesto Comunista*, publicado por Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848. O espectro que ronda o Chile é o fantasma da primeira leva de aposentados da reforma previdenciária neoliberal realizada nos anos 1980 em plena ditadura do general Augusto José Ramón Pinochet Ugarte, que morreu em 2006, aos 91 anos.

Acabando com o sistema de previdência anterior, muito similar ao brasileiro, o governo ditatorial do Chile estabeleceu a cotização

individual – sonho de consumo do ministro da Economia Paulo Guedes para o Brasil. O problema é que o montante arrecadado e gerido pelas Administradoras de Fundos de Pensão (AFPs), organizações privadas, não entregam o que foi “vendido” pela Junta Militar em 1981, ano da implantação do atual modelo de aposentadoria chileno.

Depois de 38 anos, as aposentadorias que na propaganda oficial estariam na faixa de 70% do salário do trabalhador quando na ativa, na realidade não passam de metade disso atualmente, e não são raros os trabalhadores que se aposentam ganhando 20% ou menos do que recebiam quando estavam trabalhando.

É o exemplo dos trabalhadores

da indústria química, aponta Luis Ararena Soto, Tesoureiro da Unión Nacional de Trabajadores de Chile (UNT-Chile). Oriundo da categoria, Soto registra que quando se aposentavam pelo antigo regime, com 65% de pensão do salário recebido na época da ativa, “os químicos eram uma classe média alta”. Aposentados, viram a renda despencar para 30% a 35% de proventos vindo da atual previdência.

Outro exemplo do achatamento da renda dos trabalhadores chilenos é o do professor Florêncio Valenzuela Cortez, de Valparaíso. Na ativa, Cortez recebia 1,2 milhão de pesos (R\$ 6.747,39). Após 30 anos de cotização junto às AFPs, a pensão não passa de 242 mil pesos, cerca de R\$ 1.360,72.



# que encolheu Chile

Foto: Igor Sperotto





# Modelo de cotização: o canto da sereia



Uthoff: a reforma previdenciária foi uma mentira vendida aos chilenos

Para o presidente da UNT-Chile, Alejandro Segundo Steilen Navarro, além de não haver oposição e contestações durante a ditadura mais sangrenta da América Latina, o modelo de cotização privada decretada por Pinochet e sua junta militar "encantou" inicialmente o povo chileno não só pelas promessas de pensões na faixa dos 70%, mas, também, pelo imediatismo de uma economia pessoal de 10%. "Todos queriam, porque passariam a pagar 10% dos seus

vencimentos ao invés dos 20% do antigo modelo", explica.

De acordo com Andras Uthoff, doutor em Economia pela Universidade de Berkeley, professor da Faculdade de Economia e Negócios da Universidade do Chile e especialista em questões previdenciárias, de fato, os 10% apresentados como a "cenoura" não são suficientes e já está em discussão a proposta de participação dos empregadores no processo. Eles passariam a alocar recursos

adicionais nas AFPs.

Além disso, registra Uthoff, a idade de aposentadoria no Chile é de 60 anos para mulheres e 65 para homens. "Quando você vai se aposentar é aplicado uma expectativa de vida muito longa, o que faz diminuir a renda vitalícia", explica. O modelo de cotização pressupõe três fatores: emprego formal, renda alta e expectativa de vida. Para o professor, um dos gargalos do mecanismo de poupança é que as pessoas não têm garantias de que terão emprego formal e estável por 480 meses de suas vidas no ambiente de trabalho, por exemplo, no caso de uma poupança de 40 anos. "São pessoas que acabam na informalidade, na precariedade, no 'empreendimento', e não necessariamente cotizam", diz.

Informe presidencial ao Congresso Nacional Chileno, enviado em outubro de 2018 como suporte às discussões para reformar o sistema de previdência apontava que, de um total de 10,7 milhões de trabalhadores, os que cotizavam com regularidade somavam 5,4 milhões. O documento registrava que, concretamente, a instabilidade no emprego faz com que os chilenos aportem às AFPs em média um quadrimestre por ano, sendo os

homens 17,9 anos e as mulheres, por questões como maternidade, cuidados com o lar e até discriminação salarial, 12,7 anos.

O professor Uthoff enfatiza: "o mercado rebaixa teus valores se você não tem uma renda alta e se tua expectativa de vida subir". Explica ainda que "se hoje alguém chega aos 65 anos, pode viver mais 30 anos. Isso é matemático" e, devido aos baixos proventos das pensões, é gente que acaba sendo sustentada por seus filhos ou tendo que continuar trabalhando para sobreviver. Ex-conselheiro regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que integrou duas comissões nacionais no Chile (Reforma do Sistema de Pensões e a de Reforma do Sistema de Seguro de Saúde), ele afirma que foi "vendida" uma mentira aos seus compatriotas. No ano da implantação do sistema, 1981, o mercado financeiro começou apresentando taxas de retorno altas. "A expectativa era 5% e começou em 8%, 10%. Hoje, os mercados financeiros rebaixaram essas taxas para 4%", aponta ao explicitar que a rentabilidade dos investimentos feitos pelos fundos de pensões também é um fator importante na crise da previdência chilena.

## Uma reforma para agradar o mercado financeiro

De acordo com o professor da Universidade do Chile, o objetivo da equipe econômica apelidada de *Chicago Boys* – os cerca de 25 jovens economistas chilenos oriundos dos cursos de pós-graduação da Universidade de Chicago, Estados Unidos – era incentivar a instalação de um mercado financeiro de investimentos pujante no Chile. "Hoje, mais da metade dos investimentos das AFPs não estão no Chile, estão no exterior", denuncia Uthoff.

É o mesmo que aponta o movimento *NO+AFP*, criado em 2013 por várias entidades sindicais para combater e apresentar propostas alternativas ao sistema implantado durante a ditadura militar. De acordo com os estudos do movimento, a poupança dos

trabalhadores chilenos está investida em países como Peru, Argentina, Colômbia e Brasil, sendo que 40% somente nos Estados Unidos. "Nós estamos ajudando a desenvolver a política de Trump", alerta Mario Villanueva, um dos fundadores do *NO+AFP*.

De acordo com Villanueva, claramente o modelo chileno de aposentadoria não foi concebido para ser um sistema de previdência. "Foi pensado para injetar recursos no mercado de capitais", afirma. Villanueva explica seu pensamento demonstrando que os recursos arrecadados pelas administradoras acabam indo direto para grandes grupos econômicos como bancos, companhias de seguro, mercado varejista e fundos de investimento.

**FRACASSO** – O professor Uthoff, o ativista Villanueva e os trabalhadores ouvidos pelo *Extra Classe* nas ruas de Santiago são

unânicos: se o principal objetivo de um sistema de aposentadoria é conceder pensões adequadas para o momento da aposentado-



Villanueva: aposentaria hoje no Chile significa cair na pobreza





ria, as AFPs fracassaram. “Hoje, uma pessoa ao se aposentar no Chile é deixada pobre”, resume Villanueva.

Outra face do fracasso da reforma da Previdência chilena, na opinião dos críticos, é que homens e mulheres, devido ao tempo de contribuição, acabam tendo taxas de reposição diferenciadas, com mulheres recebendo em média 8% a menos. Se por um lado é lógico que a contribuição por menos tempo gera uma poupança menor, de outro, essa diferença não leva em consideração os motivos sociais que estabeleceram a faixa etária para cada um dos sexos.

Dados da própria Superintendência de

Pensões do Chile mostram essa discrepância: entre janeiro e agosto de 2018, 102.481 pessoas se aposentaram no país. Em média, a diferença é ainda mais brutal, pois enquanto os 48.504 homens passaram a receber 249,869 pesos (R\$ 1.413,78), as 53.577 mulheres receberam 81,216 pesos (R\$ 459,53).

Ainda no terreno das estatísticas, o economista Marco Kremerman, pesquisador da Fundación Sol, aponta que 50% dos aposentados do país por idade recebem até 135 mil pesos (R\$ 763,69) valor que sobe para 147 mil pesos (R\$ 831,57) com os subsídios do Estado que foram criados no primeiro mandato de Michelle Bachelet.

Segundo o pesquisador Marco Kremerman, 50% dos chilenos que se aposentaram por idade recebem 135 mil pesos, ou R\$ 763,69

## Estado começa a pagar a conta

Somente em 2006 o sistema das AFPs entrou no radar dos governos do Chile pós-Pinochet, quando a primeira comissão criada pela presidente Bachelet, integrada por Andras Uthoff, a Comisión Marcel, chegou à conclusão de que a bomba-relógio armada pelos economistas da ditadura deixaria metade da população do país sem pensões e a outra sem a mínima noção de que qualidade de vida teria.

Os resultados apontaram para a criação da lei que estabeleceu em 2008 o *Pilar Solidário*, programa governamental que destina uma pensão básica para os 60% mais pobres, de 107,304 pesos (R\$ 607,07) *per capita* e um aporte complementar, também para os 60% mais pobres, em média 66,913 pesos (R\$ 378,50).

Para se ter uma ideia das proporções, enquanto as AFPs pagam 1.300.256 pensões, sendo que dessas 44% estão abaixo da linha da pobreza, o *Pilar Solidário* assume o pagamento de 1.481.200. É a classe média e o Estado chileno pagando a conta da teoria dos *Chicago Boys*.

**CHICAGO BOYS** – Responsáveis pelo “Milagre do Chile”, nas palavras do economista americano Milton Friedman (1912-2006), os *Chicago Boys* formuladores da política econômica da ditadura Pinochet anteciparam em quase uma década ações que fariam parte do cardápio neoliberal da

então primeira-ministra britânica Margaret Thatcher (1925-2013). Sua importância é questionada por especialistas. Entre outras questões, a crítica é que, que se por um lado seu experimento ajudou em parte o país ser singular na América Latina, por outro está superdimensionado e só agravou as desigualdades sociais.

Para Jesper Garst, professor da Universidade de Rotterdam, Holanda, na realidade a questão a ser posta não deveria ser se as reformas ajudaram a população chilena, mas que parte da população se beneficiou. “Minha conclusão é que o regime consistentemente favorecia os interesses dos ricos, enquanto, para isso, piorava a situação dos pobres e das classes médias”, diz Garst que é autor do livro *Milagre ou Miséria? As realizações dos Chicago Boys no Chile de 1960-1990*. Na conclusão de seu livro, ele explica que a ideia era garantir que a estrada chilena para o socialismo fosse fechada para sempre, simplesmente devolvendo o país ao *status quo* anterior. “O perigo marxista tinha de ser completamente erradicado” e “o que começou como vingança pelos anos de Allende, desenvolveu-se num sistema dualista em que os ricos viriam a viver numa sociedade milagrosa, completamente diferente da miséria em que viviam seus compatriotas”.



Habitat, a única das seis AFPs com 50% de capital nacional



## Depoimentos



**Camila Ortiz, antropóloga, 31 anos**

O sistema de aposentadoria no Chile é ineficiente e não cumpre os objetivos de dar pensões dignas aos aposentados. Quando as AFPs foram criadas, prometeram um retorno muito alto e hoje as pessoas ganham menos da metade da expectativa gerada. “Uma pessoa que ganha 600 mil pesos (R\$ 3.400,66), 1 milhão de pesos (R\$ 5.667,76) pode sacar de pensão, quiçá, um quarto disso, e isso diminui muito a qualidade de vida. É muito ruim”.



**Gonzalo Asmada, administrador, 30 anos**



Administrador de uma loja de materiais esportivos, sobre as AFPs é categórico: “Pelo menos aqui no Chile é algo nefasto”. Para ele “los abuelitos, los viejos” estão muito mal assistidos. “É nefasto o sistema! Pegam metade do teu salário para que depois na velhice te paguem metade dessa metade”, conclui.



**Philip Pritchard, empresário, 49 anos**

O australiano proprietário de uma loja no Centro Artesanal Santa Lucía conta que estudou o sistema e até agora não conseguiu entender direito. “Falta transparência”. No Chile há menos de três anos, ele cotiza como independente no sistema das AFPs: “tenho que pagar porque senão o governo saca aleatoriamente 10%”, diz.



**Manuela Guerrero, antropóloga, 33 anos**



As AFPs não passam de um negócio. “Creio que é um dos maiores negócios que foram realizados aqui no tempo da ditadura”, aponta. “As pensões dos aposentados são miseráveis, muito baixas e a rentabilidade daqueles que fazem negócios com as AFPs não para de crescer”.



**Antonia Latapiat, engenheira civil química, 29 anos**

Nascida em Pelotas, RS, tem pai chileno, dupla cidadania e vive há 15 anos no Chile. Formada na Universidade de Santiago, cotiza há quatro anos. As administradoras não consideram fatores extrafinanceiros de riscos, que não têm considerações da sustentabilidade do investimento que estão fazendo. “Eu posso escolher só o nível de risco que tem no portfólio do meu fundo e quando eu ganho – quando eles ganham com o meu dinheiro – me passam uma porcentagem; quando eu perco, só eu perco, eles não perdem”, ironiza.



**Erick Silva Martinez, administrador, 37 anos**



Encarregado de um restaurante de hotel, se diz otimista, pois acredita em mudanças, embora afirme que os chilenos que estão se aposentando agora saíram desfavorecidos. Cita o exemplo de sua sogra que, após contribuir por mais de 30 anos, recebe uma pensão de 15% do seu antigo salário.

**Cuidar da saúde deve ser uma preocupação de cada um.  
Oferecer os melhores planos para isso é Sinpro/RS.**

Planos de saúde e odontológico disponíveis para sócios e dependentes. Saiba mais em: [sinprors.org.br/saude](http://sinprors.org.br/saude) | 051 4009.2930 | [convenios@sinprors.org.br](mailto:convenios@sinprors.org.br)



**UNIODONTO**  
PLANOS ODONTOLÓGICOS

**Unimed**

**sinprosaúde**

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão



# Professores reivindicam 5% de reajuste

por César Fraga

*Em Assembleia realizada em 36 cidades, professores da educação básica e da educação superior definem as pautas de reivindicações que serão negociadas a partir deste mês com o Sindicato patronal*



Foto: Freepik

O Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) realizou, entre 14 de fevereiro e 8 de março, Assembleia Geral segmentada por nível ensino – educação básica e superior – para definir as respectivas pautas de reivindicações para 2019. Foram 67 encontros em 36 municípios com o objetivo de reunir o maior número de professores nas discussões. O Sindicato também fez consulta *on-line* aos professores sobre o assunto. Até o fechamento desta edição, o processo ainda não tinha sido concluído, mas levantamento do Sinpro/RS já apontava os principais pontos de interesse da categoria:

reajuste salarial de 5% (média da inflação do período, medida por diferentes índices), melhorias nas condições de trabalho e a manutenção das demais cláusulas das respectivas Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs).

“As tratativas iniciarão no decorrer do mês de março num contexto de aprofundamento da reforma Trabalhista – que entra em seu segundo ano de implantação –, do aquecimento do debate da reforma da Previdência apresentada pelo governo Bolsonaro e da ofensiva pela aprovação de projetos de lei do Escola sem Partido”, expõe Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS. “Diante deste cenário,

mais relevantes e significativas se tornaram as negociações coletivas e as regras acordadas entre os trabalhadores e os empregadores”.

A professora Cecília Farias, diretora do Sindicato, destaca dados da conjuntura educacional que, segundo ela, são bastante positivos, como a manutenção ou aumento do número de alunos e benfeitorias nos prédios das instituições. “Falta, agora, investimento nos professores e funcionários, com o reajuste dos salários para recuperar as perdas do ano”. Cecília ainda destaca como ponto de pauta a garantia do direito ao descanso, vedação de solicitação

de atividades nos horários de repouso e fora do ambiente escolar e ênfase no direito de liberdade de cátedra.

**MENSALIDADES** – Conforme o levantamento anual feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para os sindicatos dos trabalhadores em educação do Rio Grande do Sul, a média do reajuste das anuidades escolares na educação básica ficou em 6,68% e, na educação superior, 5,02%. De 2009 a 2018 as mensalidades na educação básica foram reajustadas 27,1%, acima dos salários e, na educação superior, 13,5%.

## Reivindicações 2019

A categoria busca manter o poder aquisitivo dos salários e melhorias nas condições de trabalho. Abaixo alguns dos pontos destacados na Assembleia.

### EDUCAÇÃO BÁSICA

- Reajuste salarial 5%;
- Reajuste de 3% nos pisos salariais;
- Redução de 20% da diferença percentual existente entre os valores hora-aula pagos aos professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental e os valores hora-aula pagos aos professores dos anos finais do ensino fundamental;
- Destinação de 20% da carga horária através de proposta de implantação gradual nos próximos 5 anos;
- Disponibilização de sala de atendimento educacional especializado com professor responsável pelo atendimento.

### EDUCAÇÃO SUPERIOR

- Piso salarial de R\$ 37,00 por hora-aula;
- Reajuste salarial 5%;
- Garantia de uma semana de indisponibilidade no recesso letivo de julho aos professores de tempo integral e coordenadores de curso;
- Limitação de alunos por turma: 60;
- Regulamentação e remuneração do trabalho docente nas atividades acadêmicas específicas (supervisão de estágios curriculares, banca de avaliação etc.);
- Garantia de destinação de carga horária específica para alimentação de sistemas, postagens, publicação de resultados de avaliação e interação virtual com os alunos;
- Extensão do Acordo Coletivo aos Tutores na Educação a Distância.



# Professores do IPA encerram greve

Os professores do Centro Universitário Metodista – IPA, reunidos em Assembleia no dia 6 de março, decidiram encerrar a greve e retornar às atividades docentes a partir do dia 7 de março, após a comprovação do pagamento do salário de 30 dias do mês de janeiro. Nova Assembleia foi marcada para o próximo dia 20 de março, prazo para o pagamento do salário de fevereiro.

A mobilização, no entanto, não acaba com o final da greve de 16 dias. Os professores decidiram participar da audiência pública na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, em data a ser confirmada, que discutirá as perspectivas do IPA, e constituir

uma comissão para buscar a interlocução com o Conselho de Administração da Rede Metodista.

A greve dos professores do IPA iniciou no dia 18 de fevereiro pela falta de pagamento de 30 dias de férias e parte do salário de janeiro. “Há pelo menos dois anos, os professores vêm amargando frequentes atrasos salariais, que se estendem ao 13º e às férias, além do não recolhimento do FGTS. Nesse tempo todo, os gestores da Rede Metodista sequer estabeleceram interlocução com o corpo docente e sua representação sindical e a Igreja Metodista, proprietária das instituições de ensino, tem se mantido completamente omissa diante do

Foto: Valéria Ochoa – Ascom Sinpro/RS



Docentes decidiram manter mobilização e farão nova Assembleia no dia 20

que vem ocorrendo”, denunciaram em Manifesto no dia 25 de fevereiro. Representantes da Rede Metodista

se reuniram com o Sinpro/RS somente dez dias depois do início da greve para discutir o problema.

## APOSENTADORIA

por Daisson Portanova  
Advogado da Apaepers

### Depois do pente-fino e outras, o arrastão Bolsonaro

No governo Temer, várias foram as restrições impostas aos benefícios, não só por incapacidade – auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente – como por tempo de contribuição, especial e idade. Os professores que o digam.

Entretanto, a marca do governo Temer foi o pente-fino, alvo afeito a mais de 2 milhões de benefícios, sob alegação de fraude e não realização de perícia. Diga-se de passagem, há confessa incompetência administrativa, pois a norma impõe à autarquia tal proceder, omitido por largo tempo.

O atual governo retoma o discurso de terra arrasada no âmbito da Previdência Social, alega como medida urgente romper com o sistema de repartição e instar contas individuais nos moldes de capitalização, a qual será gerida, como um doce disposto às crianças, pelo sistema financeiro nacional e, ainda, insiste na necessidade de pente-fino sobre todo e qualquer benefício, não só os por incapacidade.

É bom lembrar, sem ir tão longe – ao Chile –, que vários foram os

sistemas privados de previdência nacional, com a natureza de capitalização, submetidos às frágeis e inviáveis gestões, em economias frágeis como a nossa, restaram insolventes. Veja-se a última delas – Aplub – sob intervenção e já instada à liquidação, que poucos sabem ou dela têm notícias.

É sempre bom lembrar que já vivemos sistema parcial de capitalização, de natureza privada, remontando o início do século 20, com as caixas de aposentadoria e pensão, derrocadas com a crise de 1929, levadas à falência e diminuição da proteção social.

Este sistema (capitalização individual), ao menos para a OIT, desde os idos tempos de 1952, já foi rechaçado, dada a notória insegurança (econômica, financeira e jurídica) e inviabilidade de sustentação.

Os modernos sistemas de proteção social, submetidos a reformas e adequações, não deixam de lado o sistema de repartição que renegaram, desde a Segunda Guerra mundial, a capitalização em face de sua fragilidade e passivo social deixado ao longo

do tempo.

Notadamente, desde lá se verificou a incapacidade de realização de poupanças individuais, a baixa participação do Estado e a necessidade de redução de desigualdades.

O que causa surpresa é que enquanto a pretensa reforma, recém encaminhada pelo atual governo, remete ao atraso de quase um século. É estranho querer voltar ao passado quando se trata de previdência – sistema de capitalização individual, ultrapassado no mundo – e, quanto às relações de trabalho – CLT –, de mesma data e fonte social, exigir-se modernização, rotulando a sua estrutura como antiquada.

O Regime Geral de Previdência Social (INSS) mantém benefícios em valores próximos a R\$ 1.230,45 (10/2018), mas o governo insiste que são causadores de notório déficit e da derrocada do sistema vigente, bastando ver os dados e informes da Previdência como navega em contradições, eis que os benefícios correspondentes a um salário mínimo importam no universo de 66% dos

benefícios e até 83% mal recebem dois salários mínimos!

Não há, portanto, qualquer relação entre os parcos benefícios pagos a “pedra de toque” e o déficit. Melhor seria, à luz da boa administração, atualizar o modelo de gestão, investir em tecnologia, reduzir erros e convergências de cadastros, qualificar e ampliar os servidores, independentemente de fraudes que existam e vícios internos que as permitem.

Esta seria, sim, a primeira e grande reforma a ser realizada, aliás, uma das bandeiras de campanha, assim como outras, já esquecidas com tão pouco tempo de gestão. Repete-se o modelo político do passado, instaura-se o terror para, com isso, dizer-se necessário reformar o sistema, reduzindo a proteção social, dificultando o acesso a benefícios e, ainda, impondo-se uma reforma a estabelecer idade mínima bastante distante da realidade brasileira. Eis aí mais uma das tantas reformas da Previdência, hoje com cara de arrastão carioca que ninguém sabe de onde vem e para onde vai.

  
Apaepers



# Livro sobre os retrocessos das políticas educacionais

O professor e pesquisador Gabriel Grabowski lançará, no dia 21 de março, o livro *A Desconstrução do Futuro: Juventudes, Reforma do Ensino Médio e Retrocessos das Políticas Educacionais* (Carta Editora, 144p., 2019), com 25 artigos que analisam os retrocessos das políticas educacionais no período de janeiro de 2017 a janeiro de 2019, publicados originalmente pelo autor no site do jornal *Extra Classe* ([www.extraclasse.org.br](http://www.extraclasse.org.br)). O lançamento será às 19h, na sede da Fundação Ecarta, em Porto Alegre (Av. João Pessoa, 943).

Os textos revisados e atualizados para a publicação no formato livro abordam de forma crítica a reforma do “novo” ensino médio, aprovada sem debate com a comunidade es-

colar, e o seu impacto no acesso e permanência na educação básica e superior; a Base Nacional Curricular Comum (BNCC); a condição dos jovens brasileiros; a desregulamentação e flexibilização da modalidade de EaD no ensino superior, com forte impacto na formação de professores, nos cursos superiores de tecnologias, na educação profissional e ensino médio. “O conjunto de retrocessos na educação básica e superior, desencadeado a partir de 2016, que deverá ter continuidade no governo Bolsonaro, impactam no presente e no futuro dos estudantes brasileiros, ressalta o autor.

Como assinala o professor Gaudêncio Frigotto no prefácio da obra, Grabowski convida a um embate teórico e ético-político ao analisar “as medidas e contrarreformas que interditam a dupla cidadania para a maioria dos jovens da classe trabalhadora e condenam o Brasil ao trabalho simples e a ser uma nação sem autonomia e soberania”.

“Dois aspectos são preocupações constantes nas avaliações do autor em seus textos: a precarização progressiva da formação dos professores e o comprometimento das potencialidades da juventude brasileira em decorrência do des-caso das elites com a educação dos jovens”, assinala o diretor do Sinpro/RS, Marcos Fuhr. O livro tem o apoio do Sinpro/RS Publicações.



Gabriel Grabowski

## SINPRO/RS DEBATE

### O futuro da aposentadoria

O Sindicato dos Professores está organizando, para o dia 23 de março, uma edição do Sinpro/RS Debate específico sobre a proposta de Emenda à Constituição (PEC 06/2019) apresentada pelo presidente Bolsonaro ao Congresso Nacional em fevereiro. A atividade está sujeita à confirmação dos painelistas e deverá ocorrer no Hotel Embaixador, em Porto Alegre. As inscrições são gratuitas e deve-

rão ser feitas no site do Sinpro/RS ([www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br)).

**ENSINO PRIVADO** – No evento, o Sinpro/RS também lançará um simulador de aposentadoria específico para professores do ensino privado. Por meio da ferramenta, desenvolvida pelo Dieese, o docente poderá fazer uma comparação entre a atual regra (tempo de trabalho/benefícios) e a proposta do governo Bolsonaro.

**SINPRO/RS  
DEBATE**

## Saúde em movimento: uma verdade incontestável

### Sedentarismo faz mal para a saúde!

Movimentar-se faz bem, mas com que frequência? Onde? Quanto? Que tipo de movimento?

Primeiro, vamos à diferença entre **atividade física X exercício físico**.

**Atividade física** é todo e qualquer movimento corporal que resulte em um aumento calórico acima do repouso.

**Exercício físico** consiste em movimentos corporais programados, estruturados e sistematicamente repetitivos que têm como objetivo melhorar o condicionamento físico, entre outros. E é para isso que estamos aqui.

A **plataforma Somos Move** ajuda você a ter um estilo de vida mais ativo e saudável. Artigos, dicas, informações e planilhas de treino fácil.

Um bom começo: **caminhada**. Feita de forma planejada, em formato de treino, pode se tornar um excelente exercício.

Confira alguns benefícios:

- ✓ Poderoso antidepressivo e ansiolítico
- ✓ Ajuda na prevenção de doenças associadas ao coração e respiração
- ✓ Aliada na manutenção do peso corporal
- ✓ Melhora a circulação sanguínea auxiliando na diminuição da pressão arterial elevada
- ✓ Fortalece os músculos esqueléticos
- ✓ Melhora a postura corporal

Você também vai ter um momento só seu.

Acesse a Plataforma Somos Move e dê os primeiros passos.

[somos.pacevida.com.br/sinpro](http://somos.pacevida.com.br/sinpro)

**somos move**



## Repartir o pão e o conhecimento

por Gilson Camargo

A renda obtida com a venda de materiais reciclados mal dava para o sustento dos catadores que trabalham nas ruas de Cruz Alta, uma população variável em torno de 50 pessoas com idades entre 25 e 70 anos, exposta a todo tipo de vulnerabilidade.

Ao pesquisar o perfil dos catadores, uma equipe da Universidade de Cruz Alta (Unicruz) constatou que eram recorrentes as dificuldades de comunicação, desde a simples articulação da fala, e também de elaborar as operações básicas de cálculos. Outro traço comum a crianças, jovens e velhos que vivem da reciclagem de lixo e que chamou a atenção dos pesquisadores e apontou um caminho: o interesse em voltar a estudar, apesar da frustração da maioria pela falta de uma oportunidade concreta de acesso à educação.

Essas constatações resultaram na criação do projeto de extensão *Educação Formal às Famílias do Projeto Profissão Catador: Organizando Saberes para a Formação Cidadã*, em 2016. Nas oficinas, realizadas na Associação Primavera e Bairro de Fátima, de Cruz Alta, as famílias fazem pães e bolachas para consumo próprio, atividade que desencadeia o aprendizado em vários aspectos, segundo a professora de Língua Portuguesa e coordenadora do projeto, Ieda Márcia Donati Linck.

Doutora em Linguística – Análise de Discurso, pela Universidade Federal de Santa Maria e pela Universidade de Aveiro Portugal, Ieda relata que nos encontros para diagnósticos a equipe constatou, além da baixa escolarização dos integrantes do projeto, as dificuldades apresentadas, em especial na área da Linguagem e das Exatas. “Pelas falas dos participantes, percebemos que a educação formal, o retorno à escola, era um sonho deles. No entanto, não se consideravam capazes e merecedores, apesar da vontade e do desejo de retomarem seus estudos”. Além das quatro operações, as oficinas de pães ajudam na compreensão das medidas, frações, geometria etc. “E, acima de tudo, mostramos o ganho real de eles produzirem pães e bolachas para o consumo próprio, considerando que a renda mensal é pequena: aprendem matemática produzindo o próprio alimento. Também é trabalhada a questão do custo-benefício entre comprar os ingredientes e fazer o pão e comprar pronto. Essa análise ajuda em outra oficina trabalhada que foi Finanças Pessoais, pelo Curso de Ciências Contábeis”, relata.

O passo seguinte foi estimular e preparar os participantes para as provas no Neja Erico Verissimo para que eles concluíssem os estudos. Nos últimos três anos, foram atendidos mais de 50 profissionais catadores e 15 alunos estão matriculados no projeto neste ano.

“Ninguém abandona a escola porque quer, mas porque foi excluído ou lhe foi negado o direito de aprender e usufruir desse direito constitucional”, lembra a professora ao definir o que a motiva. “A Verônica tem 18 anos; é filha da catadora Simone, que faz parte do nosso projeto. Vale ressaltar que a Simone foi minha aluna

há 22 anos, numa escola pública. Ela foi até a quinta série e abandonou a escola. Foi ela que me inspirou a criar o projeto. Em um encontro casual, depois de 20 anos, pediu ajuda para eu ensiná-la a falar melhor e para que eu ajudasse a filha a tirar uma boa nota no Enem. Pois bem, a Verônica está cursando Ciências Contábeis”.



Oficinas de panificação proporcionam aprendizado e alimentação a catadores de Cruz Alta

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. Envie sua sugestão aos editores: [extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br).

## PALAVRA DE PROFESSOR

por Jonathan Bernardo Menger

Graduado em Letras, especialista em Produção e Revisor Textual. Professor do ensino privado.

### As notícias falsas a desserviço da verdade: competências do professor no ambiente de ensino

As falsas notícias – popular e internacionalmente reconhecidas como *fake news* – são tidas como inimigo maior da veracidade clara e objetiva dos fatos. Embora possam ocorrer em todos os meios, os virtuais têm sido bastante discutidos por especialistas, em vista da velocidade que a Internet agrega às interações interpessoais.

É nesse processo que a mentira, a falácia, pode estar disfarçada como verdade e se propagar aos alunos, situação que, grosso modo, pode ser metaforizada como o vírus em potencial que adentra um corpo frágil e desprotegido, o qual, ingenuamente, acaba cedendo espaço à manipulação. De forma problemática, a desserviço da informação, ele é capaz de se propagar veloz e ininterruptamente aos demais sem objetivos de se comprometer com a realidade factual. Nesse caso, o principal antídoto contra a ação desse mal do século seria o conhecimento objetivo, claro e científico que se debruça sobre a verdade, e uma das figuras de maior representatividade que pode lhe prescrever essa fórmula é o professor.

Os professores não só têm papel importante na função de ensinar teorias como também o de educar para a prática reflexiva. A reflexão se torna mais que útil em tempos sombrios e, para isso, é preciso que o docente esteja atento aos mais variados sintomas que podem ocorrer em um ambiente escolar.

É imprescindível que o profissional, independente da área, esteja sempre atento àquilo que não somente ele, mas também o aluno recebe como informações, averiguando sempre a confiabilidade das fontes por meio do acesso a outros suportes que estejam discutindo sobre o mesmo assunto.

Sempre que necessário, adaptar tópicos de bastante notoriedade pela mídia aos conteúdos curriculares. Embora possa haver certo receio por parte do docente em despertar ácidas polêmicas em aula, é importante que o professor, no poder de seu exercício, encontre caminhos alternativos que o possibilitem chegar ao seu objetivo final: o de educar para refletir.

Desafiá-los também é interessante e pode surtir efeitos proveitosos. Contra-argumentá-los e instigá-los à busca pela veracidade faz com que eles se sintam importantes e autores de sua própria investida pelo conhecimento.

E, por fim, organizar grupos com o corpo docente pode ser eficaz para empreender projetos na instituição que promovam a pesquisa e a conscientização dos males que essa problemática gera em âmbito científico, social, político e econômico. A escola é um dos berços que acalenta a transformação, e a conscientização neste momento é mais que necessária.

Os artigos para essa seção devem ser enviados até o dia 15 de cada mês com 2.300 caracteres para o e-mail [palavradeprofessor@sinprors.org.br](mailto:palavradeprofessor@sinprors.org.br).





# Fake news e distorção cognitiva

*Pesquisadores sugerem que estamos propensos a um tipo especial de distorção cognitiva motivada por nossos valores e que conservadores seriam mais suscetíveis a serem vitimados por notícias falsas, porque estão mais expostos na Internet a esse tipo de lixo e porque confiariam mais em sua intuição*

As plataformas digitais que permitem interação e extraordinária disseminação de informações produziram expectativas benignas ao início. Quando do aparecimento das primeiras redes sociais, se falou muito, por exemplo, nas possibilidades de democratização da informação. A obra de Yochai Benkler, *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom* (A riqueza das redes: como a produção social transforma os mercados e a liberdade), lançada em 2006, é um dos textos clássicos desse período.

De lá para cá, descobrimos que as novas tecnologias de comunicação também abrigam graves ameaças à democracia. O próprio professor Benkler é, hoje, um dos mais destacados pesquisadores a respeito das redes de desinformação. Recentemente, ele participou do estudo *Network Propaganda: Manipulation, Disinformation, and Radicalization in American Politics* (Propaganda de Rede: Manipulação, Desinformação e Radicalização na Política Americana), que analisou, com o emprego do software *Media Cloud*, aproximadamente 2 milhões de matérias publicadas nas redes durante a campanha presidencial de 2016 nos EUA e mais 1,9 milhão de histórias que circularam na Internet no primeiro ano do governo Trump.

O estudo concluiu que o veneno da desonestidade tem sido disseminado, nos EUA, principalmente por alguns grupos de extrema-direita. O mapa envolve *Fox News*, *Breitbart*, *The Daily Caller*, *InfoWars* e *Zero Hedge* como os locais onde as mentiras são criadas, para pos-

terior disseminação pelas redes sociais e outras mídias. Também há desinformação, mentiras e distorções produzidas pela esquerda ou criadas no ambiente que os autores designam como “área democrática”, mas que não são equivalentes em volume e disseminação (há uma ótima resenha sobre esse trabalho, de Anya Schiffrin, em *The digital destruction of democracy – A destruição digital da democracia*).

Outro estudo, conduzido por Craig Harper e Thom Baguley, *You are Fake News: Ideological (A)symmetries in Perceptions of Media Legitimacy* (Você é uma Notícia Falsa: (A)simetrias Ideológicas nas Percepções de Legitimidade da Mídia), analisou três trabalhos com amostras americanas e britânicas para saber se haveria diferença na predisposição de liberais e conservadores para acreditar em notícias falsas, descobrindo que ambos tendem a legitimar notícias falsas que confirmam seus valores ideológicos.

A pesquisa sugere que estamos, todos, propensos a um tipo especial de distorção cognitiva motivada por nossos valores. O estudo descobriu, entretanto, uma assimetria: conservadores seriam mais suscetíveis, na média, a serem vitimados por notícias falsas, porque estão mais expostos na Internet a esse tipo de lixo e porque confiariam mais em sua intuição. Ao mesmo tempo, os pesquisadores encontraram evidências de que um subgrupo entre os liberais que tiveram maiores escores em uma escala de “narcisismo coletivo” – fenômeno em que um grupo imagina que suas opiniões sejam



Foto: José Cruz/Agência Brasil

“As possibilidades de manipulação política no uso dessas ferramentas ficaram evidentes nas últimas eleições presidenciais no Brasil com a sistemática disseminação de ataques virulentos e falsos que especularam com fobias e preconceitos estabelecidos socialmente”

“superiores” – revelou inclinação maior em legitimar uma notícia falsa “confirmadora” de seus valores. Em outras palavras, tanto à direita quanto à esquerda, quanto mais um grupo se imaginar o “sal da terra”, expressão confirmada da “pureza”, da “honestidade”, da “verdade” etc., maior será sua tendência de acreditar em “mentiras confirmadoras”.

Sempre existiram notícias falsas ou mentiras alimentadas por interesse político. Há duas diferenças básicas atualmente: a) *fake news* podem “viralizar” na Internet, enganando centenas de milhares de pessoas em segundos e b) isso pode ocorrer com o uso de plataformas como o *WhatsApp*, por exemplo, em uma relação não pública, sem que se identifiquem os responsáveis pela mentira. As possibilidades de manipulação política no uso dessas ferramentas, assinala-se, ficaram evidentes nas últimas eleições presidenciais no Brasil com a sistemática disseminação de ataques virulentos e falsos que especularam com fobias e preconceitos estabelecidos socialmente.

Há, ainda, novos problemas: um deles tem a ver com a formação das “bolhas” digitais. Sempre que interagimos nas redes sociais e procuramos temas na Internet, alimentamos mecanismos automáticos de processamento de dados que nos

oferecem sugestões similares aos da busca. A socióloga turca Zeynep Tufekci abordou o tema em uma palestra memorável no TED sob o título *We are building a dystopia just to make people click on ads* (Estamos construindo uma distopia apenas para que as pessoas cliquem nos anúncios). Ela conta, por exemplo, que, após assistir a alguns discursos de Trump no YouTube, passou a receber sugestões de sites de “Supremacia Branca”. Ao clicar nessas sugestões, discursos ainda mais racistas e violentos lhe foram oferecidos pelos algoritmos do sistema. Recentemente, o YouTube anunciou que irá reduzir recomendações com “conteúdos prejudiciais” como vídeos que anunciam curas milagrosas, que afirmam que a Terra é plana ou que mentem descaradamente sobre eventos históricos.

Será preciso repensar amplamente o funcionamento dessas plataformas, de maneira a preservar a liberdade e, ao mesmo tempo, permitir a responsabilização dos manipuladores. Sem isso, teremos, cada vez mais, pessoas sendo conduzidas ao absurdo e à ignorância e se alimentando de ódio na formação de “bolhas” na rede, fenômeno que concorre, como destaca Tufekci, para a destruição da base comum de informações que poderia fundar um debate político racional.



# Arte<sup>+</sup>

## Orquestra de Choro de Porto Alegre



As origens do choro vêm do *lundu* – uma mescla entre a música de origem africana e europeia, surgida no século 19, no Rio de Janeiro. Da Europa vieram instrumentos como a flauta, bandolim, clarinete e piano. Da África chegaram junto com os escravizados os instrumentos de percussão. Com esse instrumental, o gênero choro foi evoluindo e passou a dividir com o samba a identidade da cultura nacional – com seu forte apelo libertário.

Choro, *chorus*, música de fazer chorar ou, como especula Câmara Cascudo, derivação de “xolo”, espécie de baile que reunia escravos nas fazendas produtoras de café. Considerado a primeira manifestação musical tipicamente urbana do país, o chorinho surgiu a partir de quadrilhas, polcas, tangos, maxixes, xotes e marchas pelas mãos do flautista e compositor Joaquim Antônio da Silva Calado, dos pianistas Ernesto Nazaré e Chiquinha Gonzaga, do maestro Anacleto de Medeiros.

Disseminado pelo território por músicos, compositores e grupos musicais dedicados ao gênero, e amplificado pela era do rádio, o chorinho arrebatou corações e mentes por décadas e segue embalando gerações. Coube a Pixinguinha consolidar o choro como gênero musical, do qual foi o maior compositor de todos os tempos e a cujos arranjos emprestou seu virtuosismo de flautista e saxofonista. Assim como o flautista Plauto Cruz (1929-2017), referência da música popular dos pampas, que

reverenciou e enriqueceu esse gênero musical com seu talento de compositor e instrumentista.

**LABORATÓRIO** – Assim o chorinho também passa de geração em geração de músicos. Uma roda de choro é sempre sinônimo de bom público e motivo de celebração desse legado e de formação de novos talentos musicais. Em Porto Alegre, as aulas e atividades do Oficina de Choro ganharam sede nova para comemorar os 15 anos do projeto e já começaram as articulações para a criação da Orquestra de Choro de Porto Alegre (OCPA).

Criada em 2004 com a proposta de lecionar teoria e prática musical específicas desse gênero, a Oficina de Choro ocupou as dependências do Santander Cultural, no Centro Histórico da capital, durante 14 anos. Além das aulas, pesquisas de partituras e áudios que contam a história do choro, e encontros memoráveis entre professores como Luiz Machado e seus alunos, a Oficina trouxe músicos como Hamilton de Holanda, Luciana Rabello e Yamandu Costa, entre outros, para realizar *masterclasses* e participar como ouvintes nas audições de sábado – que se tornaram uma tradição em Porto Alegre.

Em 2018, a Oficina recebeu 400 alunos, o maior número de aprendizes nesses 14 anos de atividades e, neste ano, já são 300 inscritos. Carlos Branco, curador do Oficina desde o início, calcula que ao longo dos 14 anos em que esteve no Santander Cultural foram cerca de 700 shows de chorinho. Ele seguirá como curador no Instituto Ling, que passou a patrocinar e sediar o projeto – ampliando a capacidade para 200 alunos. O projeto é si-

Foto: Tom Silveira: Oficina de Choro/ Divulgação



Mathias Pinto, coordenador da Oficina de Choro

milar ao Escola Portátil, do Rio de Janeiro, e ao Clube do Choro, de Brasília, destaca Branco.

O coordenador da Oficina de Choro, Mathias Pinto, adianta que entre as mudanças previstas para a casa nova estão aulas de composição, e mais instrumentos serão incluídos. Em março, será lançado o disco do Sexteto Gaúcho. Uma parceria com o Multipalco do Theatro São Pedro também amplia o espaço de atuação dos músicos da Oficina, que devem ocupar a lacuna deixada por outro projeto bem-sucedido, *O Choro é Livre*, que promovia apresentações do gênero no foyer do teatro. As apresentações estão previstas para começar em julho.

**ORQUESTRA DE CHORO** – Porém, o grande projeto que Mathias tem em mente é a criação da Orquestra de Choro de Porto Alegre (OCPA). “Vamos começar o projeto já neste primeiro semestre”, empolga-se, destacando o ineditismo da proposta. A orquestra será for-

mada pelos alunos que a partir de agora terão mais horários de aulas, nas quintas e sábados, e mais locais para as apresentações, que incluem o Multipalco do Theatro São Pedro. É a primeira orquestra de choro na história do estado. Vamos reunir músicos de ponta, gente da Ufrgs, da Ospa, músicos profissionais e alunos da Oficina. Será um formato inovador, uma iniciativa diferente”, explica Mathias. Segundo ele, o grande desafio da Oficina de Choro para 2019 é “ampliar o espaço da música instrumental na cena cultural, formando músicos e grupos, e implementando a ideia inédita da OCPA”.

## Para saber mais:

[www.oficinadechoro.com.br](http://www.oficinadechoro.com.br)

**Instituto Ling**

Rua João Caetano, 440

Bairro Três Figueiras

Porto Alegre

Telefone: (51) 3533-5700



# Antídoto para *fake news*

[extraclasse.org.br](http://extraclasse.org.br)

jornalismo além da superfície

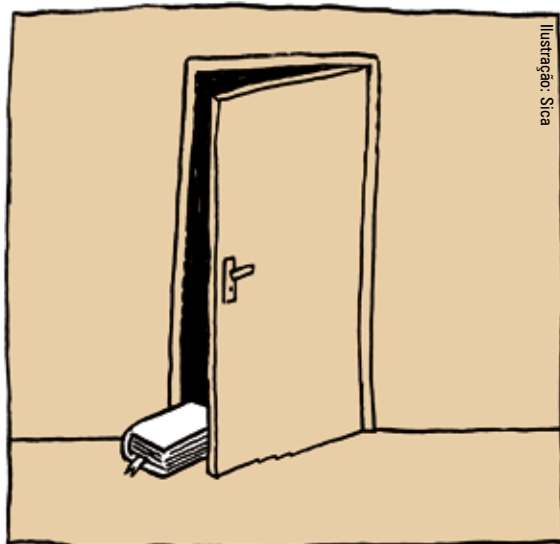




FRAGA

# 2019, essa incógnita

*Ele diz, desdiz, contradiz. Não seria sinistro se não fosse nem juiz nem ministro. Sei, você nem imagina de quem falo. Melhor imaginar, a seu modo, o que ele ainda não disse. Mas nada impede que venha a dizer, desdizer, contradizer*



**"Quando o acusado não quer se locomover, a condução coercitiva é o sistema ideal de transporte do judiciário. Mas, se assim preferir, o acusado pode ir de táxi".**

**"Não abandonei a Lava-Jato. O fato de não frequentar a piscina não quer dizer que não se dá valor ao trampolim".**

**"Vazamentos, legais ou não, ajudam a ampliar a visão tanto da legalidade quanto da ilegalidade. Por isso acontecem".**

**"Critério, além de superestimado, é também muito relativo. Por outro lado, a falta de critério não está sujeita a essas distorções. Fora esses dois, tenho o meu próprio critério. Trouxe de Curitiba".**

**"Pode-se divergir e ser amigo e pode-se convergir e ser inimigo. É tergiversando que a gente se entende".**

**"Na interpretação da lei entram a objetividade e a subjetividade de cada um. Isso acrescenta elasticidade às leis. Acho que se todos interpretassem o Código Penal de uma única maneira isso seria extremamente tendencioso".**

**"A justiça é sempre justa. Mesmo com margem mínima, digamos 1% ou 2% de justeza, ainda assim não deixa de haver justiça, não é?"**

**"O projeto do governo de porte de armas não fere a lógica pacifista. O cidadão deve**

**mirar apenas nos marginais, criminosos e outros inimigos da paz".**

**"Alianças podem ser feitas com aliados e com não aliados. O importante é o ritual de aliar-se sob uma mesma discórdia".**

**"Cair em contradição é normal, mesmo entre anormais. Nos atos contraditórios, o positivo é a mudança de posição. Nas declarações e pronunciamentos que fazemos, devemos conviver bem até com a contradição".**

**"A cegueira da justiça é altamente isenta: não se fixa em ninguém e vê mal a todos indistintamente".**

**"Não incentivo nem desestimo milícias. Penso que preenchem um papel inibidor em meio a gente tão desinibida. Numa terra sem lei, a milícia pelo menos leva para lá uma semilei".**

**"Coerência, coerência, coerência. Tanta ênfase nessa coisa só a torna incoerente".**

**"A judicialização da política é irreversível, uma via de mão dupla: cada vez mais os políticos pedem nosso parecer e, em troca, nos parecemos cada vez mais com eles".**

**"As instituições vão bem, mesmo que não voltem".**

**"Minha ambição não é desmedida. O sistema métrico é que incapaz de oferecer referência".**

PROGRAMAÇÃO  
ECARTA

Confira a agenda cultural completa em [ecarta.org.br](http://ecarta.org.br) ou 51. 4009.2971.

## SHOWS

**Porto Alegre | 18h | entrada franca**

**09/03 – Duo Neuro Júnior e Pedro Borghetti**



Foto: Vitoria Proença

**23/03 – João Maldonado Quarteto**

## ARTES VISUAIS

**Porto Alegre | entrada franca**

**23/3 – 11h, abertura da exposição**

**Le Petit Pôa**, do artista visual Tuxap, em homenagem aos 247 anos da cidade de Porto Alegre. Na ocasião,

será divulgada a programação 2019 da galeria e lançado o catálogo de exposições de 2018.

**Visitação:** até 21 de abril de 2019 (de terça a sexta-feira, das 10h às 19h; sábado, das 10h às 20h; e domingo, das 10h às 18h).



Foto: Reprodução

**30/3 – 10h às 18h, Feira Folhagem de Publicações.** Coordenado por Charlene Cabral e Fernanda Medeiros, o projeto iniciou em 2016 como ponto de encontro entre publicadores independentes, editoras, artistas e público.

## VINHO Porto Alegre

**A Vindima 2019**

Apresentação: Maria Amélia Duarte Flores, enóloga.

**13/03 | 19h30 | Inscrição: R\$ 45,00**

**As uvas do Mercosul e a harmonização**

Apresentação: Deise Tempass, enóloga, e Thais Kelbauskas, *sommeliere*.

**26/03 | 19h30 | Inscrição: R\$ 45,00**

## ECARTA ANFITRIÃ Porto Alegre



**21/03, 19h, lançamento do livro** *A Desconstrução do Futuro*, de Gabriel Grabowski. Análise da educação entre 2017 e 2019.





VERISSIMO

# Simples

*O fenômeno Bolsonaro também aconteceu como reação à corrupção e ao descrédito da classe política, mas sua maior semelhança à vitória de Collor foi o mesmo apelo feito ao pensamento reducionista de um eleitor que quer tudo simples e inteligível*



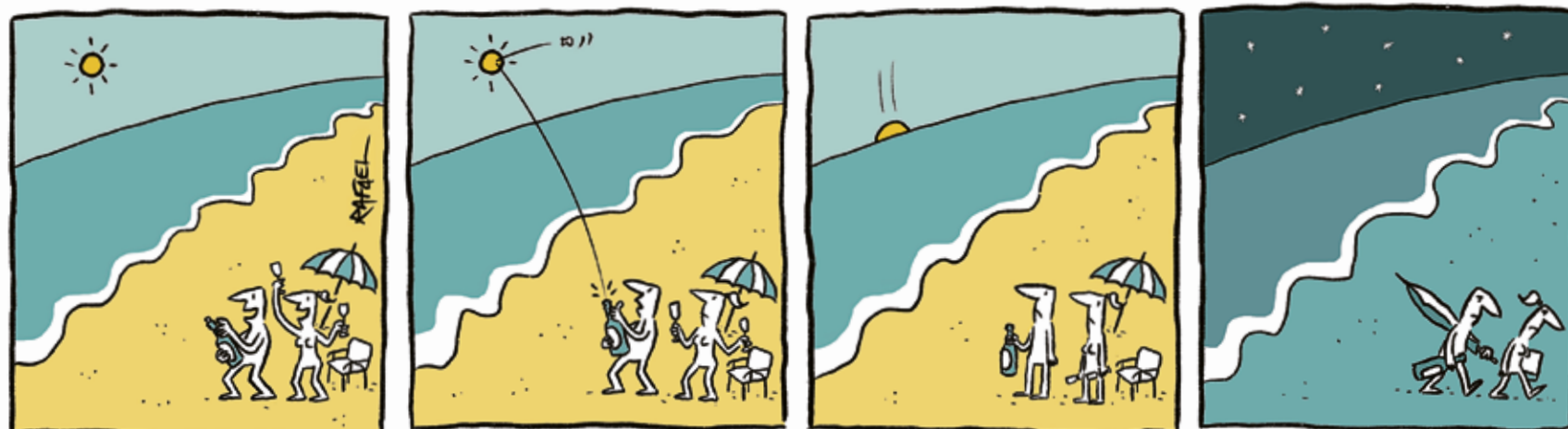
Jair Bolsonaro chegou ao poder levado pelo mesmo gosto pela simplicidade que elegeu Fernando Collor. Lembra do "caçador de marajás"? Cansado de corrupção, descrente da política, seduzido pelo perfil de jovem empreendedor do candidato, o eleitor brasileiro viu em Collor a simplificação que queria e, no seu slogan fácil, um resumo do que o Brasil precisava. Não se tem notícia de um único marajá caçado por Collor, mas a imagem do moço intrépido perdurou até quase a autodestruição do seu governo.

O fenômeno Bolsonaro também aconteceu como reação à corrupção e ao descrédito da classe política, mas sua maior semelhança à vitória de Collor foi o mesmo apelo feito ao pensamento reducionista de um eleitor que quer tudo simples e inteligível.

Me admirei com a campanha eleitoral do Collor, naquela época. No primeiro filme da campanha, o candidato aparecia na nascente do São Francisco e comparava a trajetória do rio com sua campanha, que começava pequena, sem o apoio de um partido importante e sem dinheiro, mas crescería e em breve teria a força do grande rio. Não faltou dinheiro para o Collor, claro, a campanha foi um sucesso e vendeu a ideia de um presidente diferente, puro como uma vertente.

Não se pode negar a competência de quem elegeu o Bolsonaro, transformando um político medíocre, com o mau hábito, para um candidato, de dizer o que pensa e depois negar que disse, no presidente mais improvável da história do Brasil. Faz pouco tempo que faixas pedindo intervenção militar começaram a aparecer nas manifestações de rua, vistas com reservas por alguns e indiferença por outros. Afinal, ninguém mais se lembrava da ditadura militar e dos seus excessos? Somos um país sem memória, paciência. As faixas se multiplicaram e as primeiras pesquisas de intenção de votos mostraram Bolsonaro na frente, uma posição que não se alterou até sua eleição. Com Bolsonaro, voltaram os militares. (São tantos os militares no governo Bolsonaro, que tem gente perguntando quem está cuidando dos quartéis).

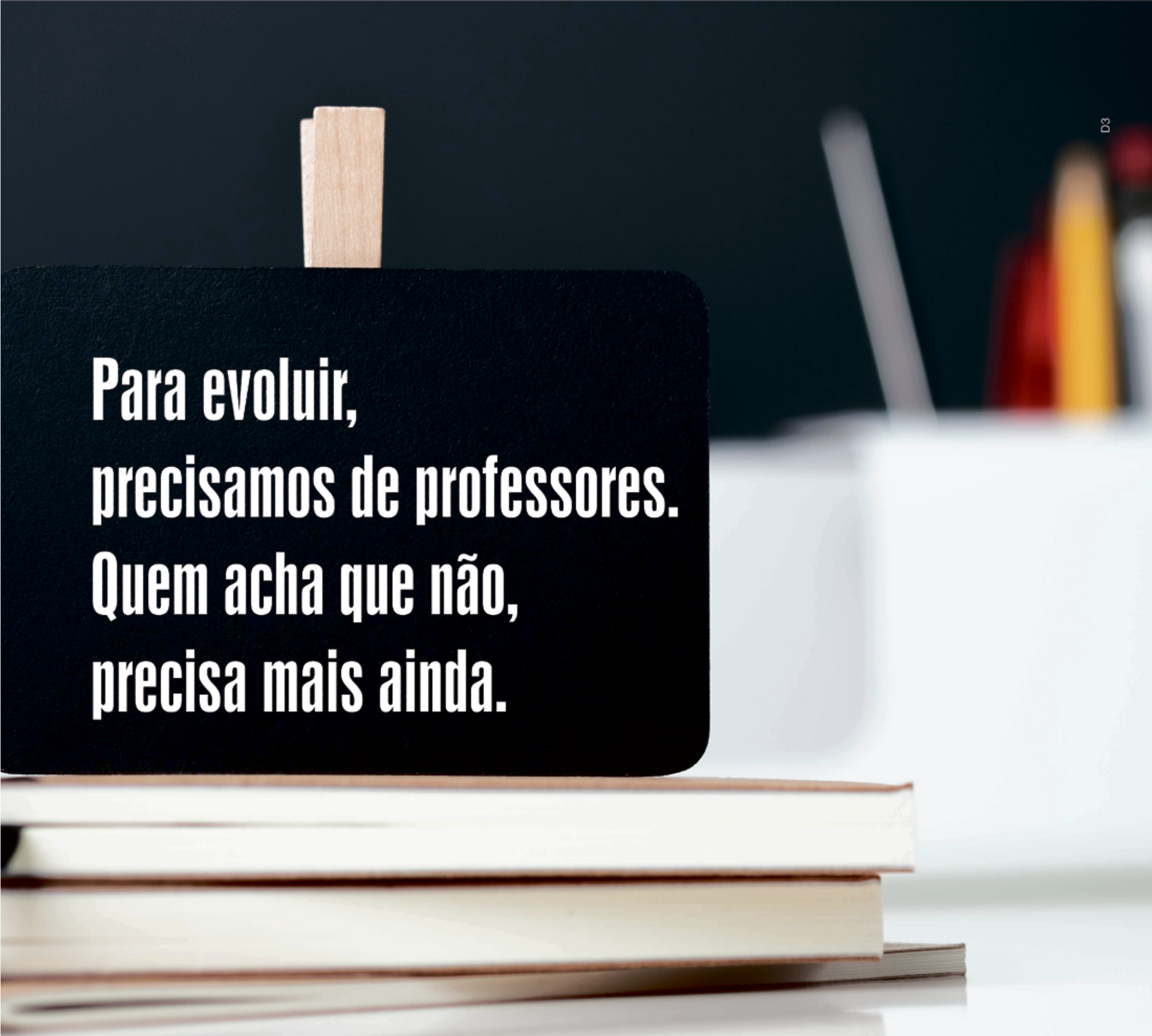
RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES







**Para evoluir,  
precisamos de professores.  
Quem acha que não,  
precisa mais ainda.**

Num momento em que se coloca em dúvida a liberdade para aprender e ensinar, em que o governo federal mira na educação os seus ataques, em que setores empresariais e os bancos pressionam pela flexibilização de direitos e da aposentadoria, o Sinpro/RS reafirma seu compromisso na defesa incondicional das professoras e professores.

Em março, inicia a negociação para renovar as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho.

**Fique atento e vamos juntos!**

**Em educação,  
nada substitui  
os professores.**

**Negociação 2019  
Coletiva**

**SINPRO/RS**  
*Sindicato Cidadão*